



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Fernanda Caroline de Melo Pereira

**Militarização da Educação em Goiás: a Escola Pública como Espaço de
Disputas**

BRASÍLIA - DF

2020



**Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE**

Militarização da Educação em Goiás: a Escola Pública como Espaço de Disputas

Fernanda Caroline de Melo Pereira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, vinculada à Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Professor Dr. Erlando da Silva Rêses.

BRASÍLIA

2020

A Deus por me proporcionar essa experiência incrível.

Aos meus pais pelo constante incentivo e por sempre acreditarem que eu sou capaz.

À minha irmã que desempenha um papel fundamental na minha vida, me motiva e me inspira a querer sempre ir além.

À minha filha, Geovana Lissa, que é a razão pela qual sempre busco ser uma pessoa melhor, uma profissional melhor, e dar e ser o melhor pra ela.

Ao meu companheiro de vida que sempre esteve ao meu lado nessa trajetória.

À uma amiga especial que sempre me motivou e que enxergou em mim esse perfil investigativo de pesquisadora, Daiana Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

A trajetória acadêmica me fez perceber a complexidade da missão de uma pesquisadora. Ter curiosidade em relação a certo tema é o primeiro passo para se aprofundar em uma pesquisa, mas é apenas um primeiro passo. Em minha trajetória acadêmica tive a sorte de conhecer, no decorrer desse caminho, pessoas incríveis que contribuíram com minha história. Dentre elas, cito e ao mesmo tempo agradeço a professora Girlene de Jesus, que foi a primeira a acreditar em minha pesquisa e me incentivar, vendo em mim um potencial de pesquisadora, e me estimulando a me preparar para um Mestrado em Educação. Enfatizo a Universidade de Brasília por vir de uma cidade de interior, do estado de Goiás, e sempre sonhar em estudar na UnB; tive o privilégio poder cursar meu mestrado nessa Universidade de renome nacional e mundial, e me sinto muito privilegiada por isso.

Conheci outros professores incríveis, como o professor Vieira, que me ensinou de maneira brilhante; a professora Inês, que me abriu um leque de possibilidades a partir da Psicologia para a área da Educação, com uma visão importante sobre o indivíduo. Meu agradecimento, ainda, ao professor Carlos, por me abrir o horizonte metodológico que me instrumentalizou de maneira significativa para a realização desse trabalho. Não posso deixar de mencionar aqui, também, a professora Catarina, a quem não tive a honra assistir em aulas como docente, mas tive o prazer de participar do mesmo grupo de pesquisa com ela, além da honra de participarmos de um Congresso juntas, e a sua luta contra a militarização das escolas me causa muito orgulho, e me reconheço muito nos seus posicionamentos. Por fim, meu agradecimento especial ao professor Erlando Rêses, por ter aceitado me orientar no meio do processo e que tem contribuído muito para a profissional que tenho me tornado.

De igual maneira, agradeço ao Major Paulo Sérgio, do CEPMG Dr. Negreiros e toda a sua equipe, pela total abertura do espaço escolar e a liberdade para realizar entrevistas e conhecer a realidade escolar, bem como aos professores e, em especial, aos estudantes e seus pais, pelo envolvimento e participação na pesquisa, o que proporcionou uma ampla visão sobre o tema investigado.

Tenho em mim um sentimento grande por um Deus nobre, presente, no qual acredito e ao qual dedico toda honra e glória por tudo que tem se tornado real em minha vida. O sonho de me tornar Mestre em Educação é uma realização pela qual eu concedo toda a minha gratidão aos céus por sua concretização.

Não poderia deixar de registrar um agradecimento especial à minha família que é minha base forte. Tenho a grande sorte e satisfação de ter pais professores - minha mãe é pedagoga e meu pai, artista plástico -, e sou fruto de uma visão de mundo ampla que me proporcionou sempre a vontade de alargar ainda mais meus horizontes. Minha mãe é para mim uma grande inspiração: uma mulher forte, guerreira, a pessoa mais humana que existe no mundo, com uma sensibilidade rara num mundo tão cruel, capaz de enxergar o melhor que há nas pessoas, sempre ajudando o próximo “sem olhar a quem”. Observando suas atitudes eu aprendo todos os dias sobre o amor de Deus e sobre o amor ao próximo. Meu pai é um artista incrível, pinta a sociedade e expressa, através das suas obras de arte, a crítica a esse mundo capitalista e consumista. É lamentável que nosso País não valorize a Arte mas, ao contrário, se valha da política de “pão e circo” e da conversão da arte em mercadoria, como muitas vezes se observa nos circuitos de arte contemporânea. Com ele eu aprendo sobre a visão social e a luta de classes existente na sociedade. Sou grata aos dois para muito além de me darem a vida; por me proporcionarem a educação, consciência social e o cuidado com o outro, ensinamentos esses que são incomparáveis, e cujo valor excede a de ricos bens e heranças financeiras. O que aprendo com meus pais não tem preço: o valor da grandeza, que considero o aprendizado que tenho diariamente pelo simples privilégio de ser a filha deles.

Não posso deixar de citar em meu processo de estudos o apoio de uma amiga que, desde muito cedo, me motivou aos estudos, antes mesmo de eu pensar que pudesse ser possível me tornar mestra: Daiana Rodrigues, que sempre me motivou a estudar. Enquanto gestora, meu tempo era muito consumido pela tarefa de exercer um papel social significativo na vida de meus alunos, e esse perfil motivador e humano para com os alunos fez com que Daiana, à época professora na escola, começasse a me instigar e me estimular a voltar a estudar. Ainda hoje ela me motiva a crescer mais e mais nos estudos. Na época eu já tinha duas pós-graduações e mais uma graduação, além da minha formação inicial e, particularmente, imaginava que Mestrado era algo quase inalcançável para uma professora da rede estadual de educação que trabalhava muito e tinha outras demandas, de cunho pessoal. Daiana, colega e amiga, cursava mestrado na UFG e constantemente me apoiava, para que também fizesse mestrado; e foi graças à sua insistência, que sempre enxergou em mim o perfil de pesquisadora, que eu tentei o processo seletivo. Registro aqui meu sincero agradecimento a essa grande amiga.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Figura 1 - Arrecadação extra (bônus) dos colégios militarizados com taxas "voluntárias" dos estudantes	p. 31
Figura 2 - Reportagem sobre arrecadação dos colégios militarizados com taxas dos <i>estudantes</i>	p.34
Tabela 1 – Novas Funções Comissionadas do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás –CPMG.....	p. 39
Quadro 1- Colégios da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) criados por lei (2001-2018)	p.43
Figura 3 - Imagens da Cerimônia de Instalação do CEPMG Dr. Negreiros.....	p. 45
Quadro 2 – Funções Comissionadas para os Colégios da Polícia Militar em 2013.....	p. 54
Figura 4 - Imagens do CEPMG Dr. Negreiros.....	p. 55
Figura 5 - Imagens do CEPMG Dr. Negreiros.....	p. 57
Figura 6 - Imagens do CEPMG Dr. Negreiros.....	p. 58
Figura 7 - Quadro de Indicadores Complementares de IDH.....	p. 79

SUMÁRIO

Lista de Figuras, Gráficos, Quadros e Tabelas.....	p. 06
Resumo	p. 08
Introdução	p. 10
Capítulo I	
Breve História do Militarismo e sua Sustentação Ideológica.....	p. 16
Capítulo II	
A Militarização das Escolas Públicas em Goiás.....	p. 21
Capítulo III	
A Militarização da Escola Pública CEPMG Dr. Negreiros (Nerópolis-GO).....	p. 38
Considerações Finais	p. 75
Referências	p. 81

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar aspectos da conversão do Colégio Estadual Dr. Negreiros, de Nerópolis-GO, em CEPMG – Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Dr. Negreiros. O processo de alteração das características da escola ocorreu a partir de um pedido da comunidade local. O objetivo geral do trabalho é investigar aspectos afetados pela conversão do colégio em CEPMG, ao longo do ano de 2018. Para tanto, a pesquisa foi baseada na preocupação em levantar quais argumentos levaram à militarização do colégio, bem como em averiguar se há correção entre aspectos pedagógicos e de cidadania e o novo modelo de gestão. A partir de uma análise documental que privilegiou a história do conceito no País, buscou-se entender também se plena consciência por parte dos habitantes da cidade sobre em que consiste o militarismo, e as possíveis consequências para os cidadãos, em âmbito coletivo e particular, e para o País. Além de novas questões que surgiram no decorrer da verificação. A metodologia escolhida foi a do “estudo de caso”, com *locus* no CEPMG Dr. Negreiros, situado na cidade de Nerópolis-GO. Assim, foi procedida coleta de dados por meio de análise documental tendo como principal referência o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola, bem como o projeto de lei de criação do CEPMG, além do regimento escolar interno comum a todos os CEPMG's. A metodologia também contemplou a realização de entrevistas semiestruturadas, com o diretor da unidade escolar e com a coordenadora pedagógica do turno matutino, com foco no Ensino Médio. Também houve enquete por pais e estudantes, por meio de questionário, utilizando a ferramenta *google forms*. A questão que permeou a pesquisa foi: Qual a influência da formação militarizada, baseada no controle e disciplina, para a educação pública em Goiás? Com ela, foi possível problematizar, por meio da análise dos dados, o avanço do pensamento conservador dentro da unidade escolar. Pensamento que se legitima e é paulatinamente naturalizado por meio das ações controladoras interpretadas como “disciplinares”, e de comportamentos específicos exigidos tanto dos funcionários quanto dos alunos.

Palavras-chave: *Militarização da Educação; Escola Pública; Pensamento Conservador; Cidadania.*

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze aspects of the conversion of State School Dr. Negreiros, in Nerópolis-GO, into CEPMG - State Military School of the Police Dr. Negreiros. The process of changing the characteristics of the school took place at the request of the local community. The general objective of the work is to investigate aspects affected by the conversion of the school into CEPMG, throughout 2018. For this purpose, the research was based on the concern in raising which arguments led to the militarization of the school, as well as in verifying if there is a correction between pedagogical and citizenship aspects and the new management model. Based on a documentary analysis that privileged the history of the concept in the country, it was also sought to understand whether the city's inhabitants are fully aware of what militarism consists of, and the possible consequences for citizens, both collectively and privately, and for the country. In addition to new issues that arose during the verification. The chosen methodology was the “case study”, with locus at CEPMG Dr. Negreiros, located in the city of Nerópolis-GO. Thus, data collection was carried out through documentary analysis having as main reference the Political Pedagogical Project - PPP of the school, as well as the law for the creation of CEPMG, in addition to the internal school rules common to all CEPMG's. The methodology also included the realization of semi-structured interviews, with the principal of the school unit and with the pedagogical coordinator of the morning shift, focusing on high school. There was also a survey with parents and students, through a questionnaire, using the google forms tool. The question that permeated the research was: What is the influence of militarized training, based on control and discipline, for public education in Goiás? With it, it was possible to problematize, through data analysis, the advancement of conservative thinking within the school unit. Thought that is legitimized and is gradually naturalized through controlling actions interpreted as “disciplinary”, and specific behaviors required by both employees and students.

Keywords: Militarization of Education; Public school; Conservative Thinking; Citizenship.

INTRODUÇÃO

A escolha deste objeto de pesquisa se deu a partir de minha inquietação, enquanto egressa do sistema público de educação do Estado de Goiás e professora atuante, hoje, no mesmo território, ante a rapidez da multiplicação de colégios militarizados no Estado, a ausência de um debate nacional ou regional que envolvesse educadores experientes, estudantes, pesquisadores de áreas afins e a população, de modo consequente e aprofundado, sobre essa opção, e frente à ininterrupta exaltação dos resultados relativos a notas alcançadas em provas nacionais, atestando “alto desempenho” dos estudantes, no ano letivo dos Colégios Estaduais da Polícia Militar, a todo tempo presente na mídia e na política institucional local.

Tudo isso em detrimento de outros colégios da rede estadual de educação, preteridos pelo governo estadual e parte da secretaria de educação; e que, nos dias que correm, vêm sendo questionados a partir de argumentos lacunares, falaciosos, e sofrem com uma perigosa manipulação da opinião pública contra suas existências e contribuição.

Em grande parte de minha trajetória educacional estudei em colégios da rede pública, cursando também universidade pública, o que me deu subsídios para defender o ensino público e de qualidade que existe e que pode permanecer existindo, como prova minha própria experiência. Formei-me em Letras pela UEG de Anápolis e, aprovada em concurso público da rede estadual de ensino, logo assumi o cargo de professora de língua inglesa no mesmo colégio onde, antes, já havia lecionado em regime de contrato temporário.

Efetivada, fui eleita gestora por três mandatos consecutivos nessa mesma escola, e por meio desses mandatos sempre busquei fortalecer o ensino numa perspectiva pedagógica significativa para os educandos, formando cidadãos capazes de atuar, intervir e contribuir para a sociedade, conscientes das desigualdades socioeconômicas circundantes, dos inúmeros fatores e suas sobredeterminações na realidade, conhecedores de conceitos como luta de classes, trabalho, riqueza, cidadania, cientes de serem detentores de direitos, além de deveres, podendo se tornar atores relevantes na construção de um mundo igualitário de direitos, tudo isso como consequência da nossa maneira de focar no sujeito, com aumento qualitativo dos índices de aprendizado.

A inquietação teve início com a dificuldade que enfrentávamos para conseguir quaisquer melhorias para o prédio de nossa unidade escolar, bem como com a permanência de contratos temporários ano após ano, mesmo sendo premente a necessidade de preenchimento do quadro de funcionários de nossa unidade escolar. Em conversas informais com outros gestores, sentia que nossas angústias eram as mesmas, o que não ocorria com os CEPMG's¹. Percebi, então, haver investimentos desiguais por parte da secretaria nas diferentes instituições de ensino, inclusive simbólicos - como a insistente exaltação e valorização dos colégios sob aquele regime de ensino, concomitante à desvalorização das escolas públicas já existentes.

O Colégio Estadual Dr. Negreiros foi um dos colégios mais tradicionais e antigos do município de Nerópolis, muito conhecido e estimado por grande parte da sociedade municipal que, em sua maioria, cursou o ensino fundamental e/ou o médio naquele colégio, uma vez que, por muitos anos, foi o único da rede estadual de educação a ofertar a modalidade de ensino médio em sua grade curricular. No entanto, no ano de 2017 foi realizada uma audiência pública no Colégio Estadual Dr. Negreiros tendo como pauta a proposta de que o mesmo se tornasse militarizado. A discussão sobre essa transformação não vinha sendo empreendida, fosse por docentes, fosse pelo corpo discente, ou pela comunidade escolar em entendimento mais amplo; ainda assim, curiosamente, a maioria da população esteve presente à audiência, quando se assinou, com sua anuência, uma Ata com o pedido de alteração da escola.

Percebi então, naquele momento, que nós, educadores, precisávamos compreender que condições estavam levando a população a pedir que seus filhos passassem a ser quotidianamente submetidos a regras militares, e por quais razões a comunidade acredita que militares estariam qualificados para instituírem e consolidarem uma visão de mundo que determinará modos de pensar e agir de seus filhos, visão por meio da qual irão se formar enquanto indivíduos.

A pesquisa acadêmica, amparada pelo diálogo com diferentes autores, foi para mim o caminho inevitável. Minha aprovação no programa de mestrado da UnB se deu no ano de 2018, período no qual o Brasil estava sendo conduzido pelo antes vice-presidente Michel

¹ A partir deste ponto e durante todo o texto, me referirei ao Colégio estudado pela sigla CEPMG, bem como quando evocar a totalidade deles, por meio da sigla CEPMG's.

Temer, político que assumiu o governo logo após o *impeachment*, no ano de 2016, da então eleita presidenta Dilma Rousseff. O que a grande mídia, parlamentares (sobretudo as bancadas da bíblia, da bala e do boi) e grandes empresários chamaram de *impeachment* fora, em verdade, a derrubada da presidenta legítima por meio de um golpe jurídico-parlamentar-empresarial-midiático. O Brasil vivia, naquele momento, a propagação de um discurso falacioso “contra a corrupção” (que era atribuída à então presidenta Dilma, por meio de acusações que ocasionaram seu afastamento, mesmo não comprovadas juridicamente; e a seu partido, o PT), a despeito de gravações amplamente divulgadas de senadores articulando o golpe “com STF, com tudo”, a fim de “estancar a sangria” representada pela “Operação Lava-Jato”, empreendida pela Polícia Federal, e que vinha se aproximando de proeminentes políticos nacionais e suas redes².

Logo o País chegaria a um ano de eleição presidencial regido fortemente por discursos de patriotismo e conservadorismo, mas também de ódio e preconceito, alinhados ao fundamentalismo religioso, que culminou na eleição do agora sem partido, Jair Bolsonaro. Na esfera estadual, Goiás apresenta esse cenário conservador e “anticorrupção” que desembocou na eleição do governador Ronaldo Caiado (DEM), apoiador das mesmas correntes político-ideológicas da esfera federal, em âmbito estadual.

Portanto, essa temática – a militarização das escolas públicas - se faz urgente, sobretudo pela preocupação com o avanço do discurso conservador que vem crescendo e sendo legitimado também na esfera escolar, o que, por intermédio do controle ideológico dos estudantes, limita hoje, e continuará limitando no futuro, sua visão social, sua sensibilidade coletiva, embotando habilidades e instrumentais necessários para um mais profundo desvelamento das características e contradições que constituem os grupos sociais, e desembocando na elitização dos espaços públicos, uma vez que os CEPMG’s

² Não por acaso, logo após a consumação do golpe, a Operação Lava-Jato foi direcionada à perseguição exclusiva de parlamentares e lideranças do Partido dos Trabalhadores, vindo a caracterizar o maior exemplo de *Lawfare* que o País viveu, com franco uso político do Judiciário Brasileiro. Para fins de esclarecimento, *Lawfare* é uma palavra chave introduzida nos anos 1970 e que, originalmente, se refere a uma forma de guerra na qual o direito é usado como arma. Basicamente, seria o emprego de manobras jurídico-legais como substituto de força armada, visando alcançar determinados objetivos de política externa ou de segurança nacional. Analistas avaliam que os EUA, objetivando eliminar o crescimento do Brasil no cenário internacional e o estabelecimento de um novo eixo de influência, que reunia Brasil, Rússia, Índia e China; e apropriar-se da riqueza recém descoberta do Pré-Sal pela Petrobrás, tenha lançado mão (de maneira bem sucedida) do *Lawfare* em território brasileiro.

cobram (ou “sugerem”) uma “contribuição” escolar mensal, tornado a escola, antes pública e inteiramente gratuita, agora inacessível às famílias assalariadas de baixa renda.

O tempo entre o ingresso no mestrado e a qualificação se deu em período regular, dentro do esperado e sugerido por meio do cronograma do curso, ainda que tenha ocorrido uma troca de orientadores, uma vez que a orientadora que me acompanhava solicitou afastamento da UnB para trabalhar no governo federal, o que fez com que o professor Erlando Rêses me aceitasse como sua orientanda. Após a transição, cursei a disciplina PSELA (Pensamento Social Latino Americano), que me propiciou uma visão mais atenta para o social que para o indivíduo, e incrementou minha aproximação das discussões sobre as desigualdades tão persistentes na sociedade brasileira, e no continente latino-americano.

Após a qualificação, definimos que o estudo se concentraria em apenas uma escola - no caso o CEPMG Dr. Negreiros -, a fim de aprofundar a análise da transição de colégio público estadual para uma instituição militarizada, bem como os fatores que levaram a essa militarização. Naquele período, meados de maio de 2019, fui selecionada para uma bolsa de estudo, pela CAPES, para um ano de pós-graduação em Liderança e Mentoria na cidade de Limerick, Irlanda, pela Universidade Mary Immaculate College. Aproveitei para estudar e aprender também sobre a cultura irlandesa e europeia, o que me propiciou conhecimentos muito significativos, mas que, reconheço, não foram aplicados na construção desta dissertação.

Voltei ao Brasil em janeiro de 2020 para passar o mês e colher os dados da pesquisa; nesse momento, já sabíamos que havia um vírus perigoso alterando o cotidiano de vários países, mas acreditava-se que estava distante. No entanto, todos eram constantemente informados que o mesmo tinha uma forma de transmissão perigosa. Tive a oportunidade de ir ao colégio e entrevistar o gestor, que é major reformado da Polícia Militar, e de entrevistar também a coordenadora pedagógica do Ensino Médio, que já era professora e coordenadora do colégio antes da militarização. Conversei de maneira informal com professores (colegas de profissão), pais de alunos e alunos (que, antes de estudarem no CEPMG Dr. Negreiros, eram alunos de nossa escola estadual), e conversei também com a secretária geral e demais funcionários.

Realizei várias visitas *in loco* para observar as melhorias realizadas na estrutura do colégio após sua militarização. Aparentemente, as melhorias foram possíveis em função da contribuição paga mensalmente pelos pais. Retornando à Irlanda, me deparei com um

cenário mais tenso e grave em relação à pandemia da Covid-19, que se alastrava de maneira rápida e incontrolável no mundo inteiro. Em menos de um mês (meados de março), a pandemia já havia tomado conta de toda a Europa e alcançava os demais continentes. Nós, bolsistas da CAPES, fomos solicitados para retornar ao país de origem e terminarmos nossos cursos de maneira remota, por meio de mídias sociais (plataformas *Zoom* e *Google Meet*), e assim o fizemos.

Já no Brasil, remarquei visitas técnicas ao colégio e rodas de conversas com os alunos; porém, não houve tempo: a pandemia que assustava mundo afora, havia chegado também aqui. Por meio de um decreto estadual, o governador – que é médico de formação – suspendeu as aulas presenciais, assim como acontecia em outras partes do Brasil³ e do mundo, na esperança de impedir a disseminação de um vírus letal. Por este motivo a pesquisa foi suspensa; mas havia a esperança de que retornaríamos em poucos meses. As universidades federais, como UnB e outras, além das universidades estaduais e faculdades particulares do Estado de Goiás, tiveram as atividades suspensas, ainda que se compreendesse que nem todos os estudantes teriam acesso a plataformas virtuais de ensino. Em meio a tudo isso, percebi que minha defesa seria adiada.

No turbilhão de um momento crítico enfrentado por toda a humanidade, me senti frágil, vulnerável e com medo do futuro incerto; em plena realidade pandêmica, cheguei a cogitar várias vezes não encerrar esta dissertação, tendo em vista a alteração tão repentina das relações sociais, com a imposição do distanciamento social, o medo eminente de contrair o vírus, a certeza de não sermos imunes a ele, e o temor profundo de, uma vez infectada, não sobreviver a ele. Amigas próximas perderam familiares - mãe, esposo, tios – para a Covid-19. Foram momentos profundamente difíceis, e ainda vêm sendo, no qual ainda nos adaptamos a novas formas de interação, tendo que conciliar estudo, trabalho via *home office*, vida familiar e todas as limitações e incertezas atuais.

Neste contexto, a força para escrever advém unicamente da vontade de contribuir de algum modo para a melhoria da educação que, após essa circunstância atípica, poderá seguir buscando características e dinâmicas que contribuam para a formação de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos com capacitações reais que possibilitem sua intervenção social. Em outras palavras, o momento pandêmico também resultou na

³ No Distrito Federal também houve a assinatura de um decreto por parte do governador Ibaneis Rocha suspendendo aulas e atividades do comércio, bem como as de outros serviços que causassem aglomeração. O DF foi um dos primeiros nesta iniciativa; porém, bem rapidamente o governador foi afrouxando a medida, reabrindo mais e mais setores e suas atividades.

alteração de toda a pesquisa, uma vez que, com o passar dos dias, fui percebendo que a suspensão das aulas devido ao distanciamento social não duraria apenas um mês, ou um bimestre, mas que se estenderia por todo o ano letivo.

Isso exigiu alterações quanto às ferramentas de pesquisa. *A priori*, havíamos organizado roteiros semiestruturados, que seriam aplicados em três rodas de conversas com alunos do Ensino Médio (uma roda de conversa para cada série) e, posteriormente, uma entrevista semiestruturada com os pais dos alunos. Diante de tudo, optamos por um questionário estruturado para os alunos e para os pais, realizados por meio da plataforma digital *Google forms*. A divulgação do formulário foi realizada pela coordenadora pedagógica, por meio dos grupos de *whatsapp* criados especialmente para transmitir as aulas durante a pandemia, e também por meio da plataforma da escola, GR8, que é uma ferramenta utilizada para envio de atividades e avisos aos pais.

Nessa nova realidade, organizamos a divisão do estudo em três capítulos. O primeiro capítulo é voltado para um breve histórico sobre o militarismo, bem como para uma análise sobre a militarização das escolas públicas do Estado de Goiás, a partir de autores estudados e suas concepções críticas no que diz respeito a essa ação. Arremato este capítulo com considerações elaboradas a partir de minha própria vivência no chão da escola, em sala de aula, tendo como parâmetros de comparação minha crença na educação libertadora e voltada para a cidadania.

No segundo capítulo, trato dos dados da pesquisa e analiso o que nos revelam dentro da especificidade de um colégio situado numa cidade pequena do Estado de Goiás. E, no terceiro capítulo, busco realizar uma síntese a partir dos dados alcançados, de modo a emprendermos uma análise social desse fenômeno que, infelizmente, se revela crescente: a militarização das escolas da rede pública de ensino, que dispara um alerta quanto ao cenário educacional, além da prospecção de qual o perfil de cidadãos será formado a partir de concepções e práticas militares. Ou seja, qual a influência da formação militarizada, baseada no controle e disciplina, para a educação pública em Goiás?

CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRICO DO MILITARISMO E SUA SUSTENTAÇÃO IDEOLÓGICA

As origens do militarismo no Brasil remetem ao período de 1822, com o contexto de independência política, no qual setores do exército português que permaneceram fiéis à Corte foram banidos e o então imperador manteve uma base, utilizando-se de indivíduos remanescentes desse exército e implantando uma política autoritária e centralizadora. Dessa forma, o militarismo, mesmo que com uma organização rústica e mal equipada, foi-se estruturando e ocupando funções políticas. Com a abdicação de D. Pedro I e com a ameaça de recolonização, mediante a chegada da aristocracia rural ao poder, foi criada a Guarda Nacional, em 1831, pelo então Ministro da Justiça, Antônio Feijó.

Essa nova estrutura militar brasileira garantia aos proprietários rurais um coletivo de homens em quantidade necessária para resguardar as suas terras, colocando esses proprietários em situação de igualdade aos oficiais do exército. Dessa prática houve o deslocamento do termo “coronéis” para designar, também, os latifundiários. Importante frisar, portanto, que a Guarda Nacional garantia e assegurava os privilégios das elites locais. Detinha um papel de relevância à medida em que atuava na repressão aos movimentos sociais, insurgências populares, e na manutenção dos bens e influências de reduzidas famílias.

Disso resulta que o meio militar se tornou próximo demais das altas esferas políticas, muito precocemente; e desse núcleo jamais foi excluído. Historicamente, exércitos estiveram a serviço das classes dominantes, quaisquer que fossem as narrativas heroicas construídas a seu favor; mas, no Brasil, misturou-se fortemente o poder armado das forças, de um lado, com a concentração de riquezas que foram imbuídas de garantir, num casamento nefasto para o restante da massa de cidadãos.

Essa condição degenerou no que chamamos “militarismo”. Este tem como alicerce perspectivas positivistas, não possuindo, portanto, perfil revolucionário. No máximo, pode conceber objetivos modernizadores, sempre baseados num Estado conduzido pela elite econômica. Valores como “ordem”, “disciplina”, “hierarquia”, “segurança”, são os correspondentes no nível subjetivo e das narrativas, de uma visão de mundo, e consequente engenharia social biopsicofísica, pautada na rigidez, na submissão, no controle e na obediência.

O termo “militarismo” evoca um amplo feixe de significados, dependendo do contexto social em que é empregado e da perspectiva de quem o emprega. A ideologia militar constrói uma mentalidade que apresenta cinco características relevantes: o autoritarismo; o pessimismo a respeito da natureza humana; o alarmismo; o nacionalismo; e o conservadorismo político. Não raro, essas características são exacerbadas, e tudo o que foge a essas normas passa a representar “ameaça” ou “desordem” (BOER, 1980).

Por este motivo, o autoritarismo intrínseco ao militarismo poderá ser praticado enquanto é negado; ou mascarado sob o manto do nacionalismo. Ou, ainda, ser apresentado como um imperativo ante a “busca da paz”, paradoxalmente, por meio da guerra; ou da defesa da democracia ferindo a soberania de outro País (DA SILVA, 2014). Disso resulta um cenário no qual a expressão do poderio militar de um Estado tem primazia na formulação e condução das políticas públicas, o que deriva na preponderância dos militares em relação aos civis, ou, no mínimo, na forte influência dos altos escalões das forças militares nas tomadas de decisões. É importante fazer uma distinção entre as instituições militares e o militarismo:

O militarismo, governo da nação pela espada, arruína as instituições militares, subalternidade legal da espada à nação. As instituições militares organizam juridicamente a força. O militarismo a desorganiza. O militarismo está para o exército, como o fanatismo para a religião, o charlatanismo para a ciência, como o industrialismo para a indústria [...]. Elas são a regra; ele, a anarquia. Elas, a moralidade; ele, a corrupção (DA SILVA, 2014, p.4).

O militarismo e o autoritarismo, sempre atrelados, contaminam perigosamente sociedades que não desfrutam dos ideais democráticos, ou que não os puderam consolidar; assim, é possível identificar expressões como “regime militar” e “regime autoritário” para caracterizar regimes que existiram em nossa história e que, em essência, são em realidade Ditaduras. Nesses contextos, as liberdades individuais ficam suprimidas: os indivíduos ou grupos que divergem do *status quo* passam a ser representados não como inimigos do governo, mas como “inimigos da própria pátria”. Confunde-se o governo com o Estado, e a violência é legitimada como forma de dominação sob a alegação de “manutenção da ordem” e “respeito ao País”.

Os indivíduos simpatizantes do militarismo creem nos avanços materiais amplamente divulgados no período da ditadura, como: equilíbrios das finanças públicas, grandes obras de urbanização e infraestrutura; e crescimento econômico desenvolvimentista, tudo isso

massivamente presente nas propagandas dos governos militares como “milagre econômico”.

O que não é massivamente difundido é o fato de que se pode questionar esse tipo de desenvolvimento, que é excludente para com inúmeros setores da sociedade, e privilegia pouquíssimos setores, todos conservadores, como o dos grandes proprietários de terra (e sua atividade pecuária e a agricultura de monocultivo, ambos danosos ao meio ambiente e pouco inteligentes mesmo em termos de produção), os grandes industriais, os financistas. Muito poucos, numericamente comparados ao total da sociedade. Tudo isso sem contar outras ressalvas pertinentes apresentadas pelos antimilitaristas:

(...) Duas principais objeções a esse argumento: primeira, que grandes ou maiores avanços são conseguidos em regimes democráticos; e segunda, que os avanços sob ditaduras, se e quando conseguidos, o são à custa da liberdade e da submissão do indivíduo ao Estado, mediante a censura, a tortura, prisões, perseguição aos considerados dissidentes e, no limite, a sua eliminação física (DA SILVA, 2014, p.10).

Sociedades sob a égide dos regimes de exceção forçosamente têm a cidadania aviltada; os cidadãos vivem em ambientes de medo, insegurança e desconfiança. No contexto brasileiro, a experiência de vinte e um anos sob o regime de ditadura empresarial-militar (1964-1985), deflagrado após o golpe de 1964, quando uma junta militar tomou o poder e escolheu um marechal, Castello Branco, para presidir a República, deixou consequências nefastas tanto nas esferas econômicas quanto sociais, como a desmobilização, a destruição de movimentos sindicalistas autônomos e fortes, a interrupção da distribuição da terra, do estabelecimento de alianças políticas e de relações econômicas fora do jugo estadunidense, acompanhadas do acobertamento de massacres de grupos indígenas, crescimento de um monopólio na imprensa que impedisse a divulgação de perspectivas diferentes, homogeneização das diferentes regiões forçada por esses meios de comunicação, dentre outras.

Teve início a "montagem da máquina", que se estenderia a toda a administração - além do marechal-presidente, surgiram os generais ministros e os coronéis diretores de empresas estatais estratégicas (BRIGAGÃO, 1985).

A perspectiva militarista prevê a contenção do avanço do “ideário comunista”. Juntamente a perspectiva de governo burocrático-autoritário, emerge a máquina ideológica que tem como prioridade a doutrina da segurança nacional. Dessa forma, a

liberdade de expressão sofre censura, sendo expurgados todos os indivíduos que apresentem questionamentos sobre as diferenças sociais, os direitos dos cidadãos e outras questões, que passam a ser consideradas “características esquerdistas” e, não raro, artistas, professores, jornalistas, magistrados, parlamentares e até mesmo, militares progressistas, são perseguidos, quando não exterminados.

A Ditadura suprimiu as liberdades civis, os movimentos sociais, perseguiu e prendeu dissidentes políticos, e a doutrinação foi exercida por todos os Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1970). Nesse sentido, as mazelas sociais (que estavam amordaçadas pela Ditadura), aparentemente teriam sido superadas, num contínuo esforço para que os brasileiros acreditassem que elas tinham sido eliminadas pelo regime; no entanto, elas estavam apenas sufocadas, silenciadas. A censura imposta contribuiu para o surgimento de um imaginário no qual se sobressaía a figura do “homem de bem”, que consistia no indivíduo obediente ao sistema, útil ao capitalismo, engendrado, bem adaptado, submisso.

Fosse verdade a “excelência” desse modelo - do cenário de equilíbrio e apaziguamento que a repressão fazia crer -, as lutas de resistência e por liberdade não teriam se estendido a ponto de conquistarem a reabertura política, quando a liberdade de expressão finalmente voltou a ser uma realidade. Libertos da repressão, diferentes segmentos sociais puderam revelar os horrores e a miséria impostos pelo militarismo. O desemprego, a violência, a corrupção, o extermínio das minorias socioeconômicas e/ou politicamente minorizadas (como o caso de pessoas pretas e das mulheres, ambos os segmentos mais de 50% da população) e outros graves problemas puderam vir à tona; e na recente sociedade democrática de direitos, esses elementos tornaram-se explícitos, bem como as discussões envolvendo-os.

No entanto, determinados grupos ainda alimentam a impressão de que viver sob o regime militarista é “mais seguro”, torna os cidadãos “mais pacíficos”, e a sociedade, “mais próspera”. Uma áurea de inefabilidade persiste acerca da vida militar, do homem militar. Por muitas décadas, a indústria do entretenimento difundiu a imagem do “soldado herói” em incontáveis versões. E essa imagem toca fundo os imaginários; para muitos, o “soldado” é devotado à pátria, à família, ao cristianismo (nunca a outras religiões), à lei. Esse personagem é sempre delineado de modo a transmitir força de caráter, capacidade de sacrifício, altruísmo, lealdade inabalável, e até bondade (ainda que sua função primordial, profissionalmente falando, seja combater, aprisionar, guerrear, em suma: matar). O que essa profusão de filmes, seriados, *games*, publicidade, baixa literatura,

ocultam são, dentre outras coisas, a característica retrógrada dos valores do militarismo, a rigidez do cotidiano militar, a injustiça da hierarquia, a falta de liberdade.

Tudo isso somado aos interesses na manutenção das injustiças sociais, com grande concentração de riqueza por pouquíssimos, e a situação de miséria e exclusão de milhões, constituem um território fértil para o renascimento das variadas formas de autoritarismo, com ênfase no militarismo.

Atualmente, com a ascensão ao poder de um ex-militar expulso do Exército, mas abrigado no Legislativo Federal por quase trinta anos, que desde a campanha presidencial atacava a educação mais ampla, com a oferta de disciplinas de ciências humanas, exatas, da natureza, além de artes, educação física e outras possibilidades, tem sido recorrente a necessidade estratégica de se alardear “ameaças” à segurança nacional, advindas da emergência de um suposto “comunismo” e da necessidade de seu combate. Essas suposições sem quaisquer bases concretas têm sido alimentadas para que ganhem espaço os ideais militaristas, tanto entre os militares de carreira, quanto entre civis.

São exemplos dessa estratégia campanhas como “guerra às drogas”, “guerra aos comunistas” (ou aos “vermelhos”), “guerra aos adversários políticos”⁴, e assim sucessivamente. Em países em que o *ethos* militarista permeia os vários setores da sociedade civil, ele é considerado um instrumento de controle privilegiado das classes dominantes, que pode resolver inúmeros problemas na perspectiva cívica, comportamental e econômica (DA SILVA, 2014).

É neste contexto que ganha força o fenômeno da militarização de escolas da rede pública de ensino em meu estado natal, Goiás.

⁴ Note-se que, na contemporaneidade, somam-se a esses “inimigos fabricados” os movimentos feministas, movimentos LGBTQIA+, o movimento negro, movimentos indígenas, movimentos das pessoas com deficiência, movimentos das religiões de matrizes africanas, dentre outros.

CAPÍTULO II

A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÁS

Minha experiência na docência há muito me leva a acreditar que o processo de ensino-aprendizagem é complexo, contraditório, e exige afinada interação de fatores distintos para sua satisfatória realização. De um corpo docente qualificado e motivado a condições de infraestrutura adequadas - o que inclui materiais didáticos, equipamentos, estruturas físicas necessárias -, o território da escola consiste num ambiente peculiar, imerso em condições e regras próprias, e com desafios em nada simplistas.

A não existência de suporte precariza o trabalho de toda a cadeia de profissionais existente em torno de cada escola. O suporte institucional é fundamental para que estas desempenhem como devem o seu papel. Isso implica em aporte de recursos financeiros, materiais, humanos, por parte do Estado; em possibilidades de atualização de professores, em suas respectivas áreas e em diálogos transdisciplinares, bem como de funcionários, gestores e demais envolvidos; e de atualização e acesso mais ou menos constante em relação a novas metodologias, técnicas, equipamentos, *softwares*, e até mesmo relações com outras instituições que enriqueçam a experiência discente, em sua construção de conhecimento.

Isto posto, o presente texto objetiva analisar o fenômeno da expansão de escolas militarizadas na educação pública brasileira, mais especificamente no Estado de Goiás, pioneiro na implementação desse modelo de gestão na rede pública, com a presença da Polícia Militar. A análise pretende avaliar em que medida o processo de ensino-aprendizagem foi alterado e, sobretudo, seus contrastes frente a outras tendências pedagógicas, e se a militarização logra alicerçar cidadania plena, crítica e consciente.

Os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás (CEPMG's) atendem estudantes da segunda fase do Ensino Fundamental e estudantes do Ensino Médio. Esses colégios não fazem parte do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), o qual é subordinado ao Exército; os colégios militarizados goianos são fruto de uma parceria entre a Polícia Militar goiana e a Secretaria Estadual de Educação de Goiás, constituindo um modelo singular na história brasileira.

Nesse contexto, a Polícia Militar passou a ser autorizada a formar sujeitos. Mas foi autorizada a ocupar essa função e esse lugar sem um debate consequente entre os inúmeros setores envolvidos, e os secundariamente impactados. As propostas de militarização das escolas surgiram de modo unilateral, em decisões tomadas entre

gabinetes parlamentares e quartéis. No ano de 1999, as atividades da PM envolvendo a formação na Educação Básica tiveram início, e tinham por objetivo atender filhos de militares e de civis. Assim, o Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) Hugo de Carvalho Ramos, situado em Goiânia, começou as suas atividades, com 440 alunos matriculados.

Como estudante oriunda do ensino público, e docente desta mesma rede de ensino pública de meu estado natal, venho assistindo com preocupação o crescimento desse processo. Primeiro, porque a oferta de educação pública e de qualidade é direito de todos os cidadãos, e dever do Estado, previsto na Constituição; no entanto, acredito que a escola militarizada, de partida, fere esse direito, elegendo “a quem” ensinar. O acesso à escola militarizada ocorria por meio de uma seleção baseada em notas de boletim, com consequente classificação dos estudantes⁵. Após questionamento do Ministério Público do Estado de Goiás⁶, o processo seletivo para ingresso nas escolas militarizadas passou a acontecer por meio de sorteio de vagas; porém, a permanência ou não do aluno na instituição depende da adaptação do mesmo às regras e ao regimento interno da instituição que, em inúmeros aspectos, não condiz com os princípios de uma educação libertadora, humanista, capaz de desenvolver todas as potencialidades do indivíduo, historicamente presente no País, ao menos como princípio.

No decorrer da análise, descreverei as características que creio contrastarem com uma formação voltada para o livre pensar e para a convivência com a diversidade, pautada em valores de igualdade, justiça social, ética, desenvolvimento de todas as potencialidades, solidariedade, dentre tantos outros. O militarismo, além das práticas condicionantes e cerceadoras, privilegia o ensino tecnicista, que comprovadamente reduz as possibilidades de seus aprendizes à condição de mão de obra subalterna, muitas vezes braçal, eximindo

⁵ No Distrito Federal, o Colégio Militar, ligado ao Exército, acolhe sem pré-requisitos filhos e filhas de militares; para “candidatos” civis, realiza uma prova anual que condiciona o ingresso. Além disso, o estudante oriundo de família civil paga uma mensalidade alta, em contraste com a taxa simbólica pedida às famílias de militares. Dados expostos apenas para fins de comparação.

⁶ Pode-se acompanhar vários questionamentos feitos às formas de acesso por parte do Ministério Público de Goiás em matérias jornalísticas, disponíveis em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/reuniao-no-mp-define-criterios-de-ingresso-em-tres-colegios-geridos-pela-policia-militar-em-goiania#.X8G5Ts1KjIU> ; ou <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/cao-educacao-reforca-impedimento-de-reserva-de-vagas-a-dependentes-de-pms-em-escolas-militares#.X8G5Xs1KjIU> ; e também <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/pais-questionam-exig%C3%Aancia-de-contribui%C3%A7%C3%B5es-mensais-para-matr%C3%ADculas-em-col%C3%A9gios-militares-1.2153739> ; dentre outras.

a possibilidade de emergência de lideranças, ou de grandes pensadores, cientistas, artistas, dirigentes – em outras palavras, cidadãos que galgam patamares de decisão e ocupam espaços privilegiados social, política e economicamente⁷. Vale lembrar que a militarização avança apenas sobre escolas públicas, que, desde a segunda metade do século passado, vêm sofrendo sucateamento e a evasão de seus recursos para o *lobby* das escolas particulares e religiosas. Isso as converteu, paulatinamente, em reduto de filhos das famílias menos abastadas no País. O *lobby* das escolas particulares promoveu, ainda, uma visão distorcida sobre as instituições públicas, e hoje a mercantilização do ensino é realidade inegável no Brasil. Retornando ao problema da militarização, essas condições – de disciplina, obediência, hierarquia rígida, dentre outras – não afetará crianças e jovens de camadas ricas⁸. Esta é uma diferença que precisa ser lembrada a todo momento: quais as implicações disso no futuro?

Nos últimos anos pude acompanhar o aumento significativo de transferências de colégios da rede de ensino de Goiás para o controle da Polícia Militar. Atualmente, já são 60 (sessenta) unidades de colégios militarizados⁹. Tal transferência teve início a partir de um processo governamental, solicitado pelo então deputado estadual Helder Valin Barbosa (PSDB-GO), que se referia, em sua petição pelo ofício 65/2014, ao Colégio da Polícia Militar, de acordo com matéria do jornal *O Popular* (edição 23 de março de 2014, pg. 04):

Seja pela rigidez no tratamento ou pela estrutura diferenciada, a questão é que os colégios militares têm se destacado nas avaliações institucionais do Ministério da Educação. Na última medição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os 06 (seis) colégios militares goianos superaram a média proposta, 5.0, sendo que a unidade de Anápolis, o Colégio Militar César Toledo, atingiu a nota mais alta entre as públicas, 6,7. Em Goiânia, de cem escolas não-militares da rede

⁷ Quanto a isso, vale a leitura das conclusões da última reunião da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, registradas em: <https://ubes.org.br/2019/juventude-se-recusa-a-ter-formacao-so-para-o-mercado-de-trabalho/>

⁸ Em palestra, o atual presidente da república afirmou que “Os alunos de 15 anos já não sabem nem fazer regra de três, não sabem nada de Física, Química e Matemática. Por outro lado, eles defendem que têm que ter senso crítico. Vai lá no Japão, vai ver se eles estão preocupados com pensamento crítico. A educação tem que ser mais objetiva”. Fonte: <https://primeirapauta.ielusc.br/2019/06/28/militarizacao-esta-longe-de-ser-a-saida/>, acessado em 3 de setembro de 2020.

⁹ Cf. as 60 unidades de colégios militarizados em <https://www.portalcepmg.com.br/nossas-unidades/>. Acessado em 17 mai 2019.

estadual avaliadas nos anos finais do ensino fundamental, apenas uma, a Chico Mendes, superou a meta, com a nota 5,1. As 03 (três) unidades militares, Ayrton Senna (5,5), Hugo Ramos (5,8), e Vasco dos Reis (5,8), tiveram as maiores notas do Estado. No ano passado, 300 (trezentos) alunos da Hugo Ramos foram aprovados em vestibulares, sendo que 08 (oito) em Medicina na Universidade Federal de Goiás - UFG. Segundo o comandante de ensino da PM, o índice de aprovação no vestibular das 06 (seis) escolas em funcionamento no ano passado foi de 93% (noventa e três por cento).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é o instrumento de avaliação do sistema educacional brasileiro. Desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2007 foi elaborado com base nos indicadores educacionais. A base de dados para a construção do IDEB é alimentada pelas informações obtidas por meio da aplicação de avaliações aos alunos, externas às unidades escolares, juntamente com o levantamento do rendimento educacional das unidades de ensino público, feito por meio do Censo Escolar. A avaliação dos alunos ocorre de modo intermitente, com intervalos de dois anos, e o Censo Escolar é realizado anualmente desde 2007. De acordo como INEP (2017), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é calculado:

(...) numa escala de zero a dez. Este indicador sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. Os dados sobre aprovação escolar são baseados na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos, obtida pelo Censo Escolar. Já as médias de desempenho são obtidas nas avaliações do Inep - o Saeb e a Prova Brasil (PINHEIRO e BEZERRA, 2017, p.4) (BRASIL, 2017, p. 1).

O ranking de avaliação do IDEB se tornou o único parâmetro da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (Seduc). Nesse sentido, as políticas educacionais do Estado de Goiás vêm sendo concebidas a partir dos indicadores que compõem esse índice. Contudo, esse conceito de qualidade a que se refere o estado de Goiás é questionável a partir da perspectiva de qualidade encontrada em Coelho (2000). O autor reconhece tratar-se de um conceito bastante impreciso e geralmente assumido como consensual por muitos dos que se propõem discutir o ensino no Brasil; mas ele questiona sobre em que consiste a

qualidade do ensino, e quais os elementos que a determinam, constituem ou destroem (COELHO *apud* PINHEIRO e BEZERRA, 2017, p.2).

Por este motivo, os bons resultados obtidos pelas escolas militares nas avaliações explicam o aumento expressivo dos pedidos para criação de maior número desses colégios. A demanda tem vindo de políticos e de associações de pais. Só no ano de 2017, mais de dez unidades educacionais estaduais foram transferidas para o comando da Polícia Militar. As escolas militarizadas sempre obtiveram êxito em exames institucionais e externos: “três colégios militares ficaram entre os 10 (dez) melhores, do 6º ao 9º ano, e entre as 150 (cento e cinquenta) primeiras colocadas no Exame Nacional do Ensino Médio 2012 (ENEM), 15 (quinze) públicas - dentre elas, quatro são militares e outras 10 (dez) são escolas técnicas ou mantidas por universidades” (*O Popular*, 23 de março de 2014, p. 04).

No entanto, a função original de policiais militares repousa na prevenção e combate ao crime; contudo, já no ano de 1976, o governador do Estado de Goiás, Irapuan Costa Júnior (MDB-GO), sancionou a Lei 8.125 que dispôs sobre a organização básica da Polícia Militar, que prevê, em seu artigo 15º, que:

A Diretoria de Ensino, órgão de direção setorial do Sistema de Ensino, incumbir-se-á do planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e praças.

Desta forma, os Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) fazem parte do sistema educacional do Estado de Goiás, mas são administrados com base em princípios inerentes ao sistema educacional da Polícia Militar, tendo uma estrutura gerencial e operacional que remete à década de 1970.

Nessas instituições, a educação é concebida de forma rígida, inflexível, sendo vinculada a uma organização na qual prevalecem “transmissores do conhecimento” e seus “receptores” (PINHEIRO, 2016). Essa concepção de educação se encontra há muito ultrapassada; burocrática, estática, autoritária, retoma categorias como transmissão, “passividade”, etc. Atualmente, é insustentável pensar nas relações sociais e afetivas intrínsecas ao aprendizado baseadas na noção de “dirigentes e dirigidos” - elementos essenciais, na verdade, a processos de dominação.

Essa organização burocrática das escolas militarizadas determina relações que são ancoradas numa hierarquia funcional, presente nos quartéis. Nos anos de 1990, a

corporação da segurança pública decidiu desviar parte de seu efetivo para gerir escolas da rede pública de Goiás. A princípio, o interesse da Polícia Militar residia na possibilidade de ofertar à sua prole uma educação com a mesma qualidade da existente em instituições particulares; no entanto, com recursos do Estado. Esse fenômeno corroborou a concepção de corpo burocrático, de favorecimentos e de privilégios, baseados na promoção de interesses de um grupo, isoladamente, colaborando para a estruturação de espécies de castas (WEBER, 1980).

Essa conversão de uma instituição pública, construída com recursos públicos e, simplesmente, entregue a um segmento em particular, mistura-se à ideia de um padrão de qualidade elevado a partir do recrudescimento da disciplina e do respeito à hierarquia, como já dito. Mas, para além desses problemas no seio da Educação, o fenômeno concede a um setor da classe média a licença para fortalecer-se como autoridade no interior do estado, a partir de seu comprometimento muito próprio com a técnica e a eficiência (PINHEIRO, 2016).

Nessa perspectiva, os CEPMG's instauram no âmbito escolar, a efetiva defesa da hierarquia e da competição, cabendo ao professor não mediar a relação entre estudantes e sua construção do conhecimento, mas exercer controle sobre seus alunos. As consequências dessas mudanças serão, dentre outras, a formação de força de trabalho acrítica, ou seja: do cidadão dócil, útil à manutenção de uma sociedade desigual, sob o modelo capitalista (ou de qualquer outro sistema baseado na exploração e exclusão). E o êxito dessa perspectiva na educação está baseada, relembro, na ideologia que é amplamente difundida, com especial participação dos meios de comunicação de massa. Se, do ponto de vista legal, foi durante a ditadura militar que o estado de Goiás abriu as portas para a criação de escolas geridas pela Polícia Militar, sua concretização e expansão vêm ocorrendo em período de democracia representativa. Existem hoje 60 (sessenta) unidades de CEPMG's, que contam com quadro de professores e de técnicos-administrativos da Secretaria Estadual de Educação, além do efetivo da PM. A expansão ocorrida em 2014 privilegiou o interior do estado, quando vários colégios públicos foram transferidos para a gestão da Polícia Militar.

O fenômeno dessas transferências foi sempre coberto pela mídia numa única abordagem, que ressalta os elevados índices de aprovação (anteriormente descritos), e a aceitação deste modelo de gestão por pais e pelos próprios estudantes, contrapondo-os aos demais colégios da rede pública, sempre retratados pela mídia como cenários de tensões, violências, indisciplinas, somadas muitas vezes à precariedade das instalações físicas

internas e do entorno. A precarização imposta pela falta do correto investimento de recursos públicos nunca é levantada nessas matérias.

Em um mundo sob a hegemonia do neoliberalismo, mercantilizado, que necessita do consumo para geração de lucro, numa lógica insustentável ambientalmente e mesmo humanamente falando, cuja essência, como definiu Apple (2003), é o “capitalismo sem luvas de pelica”, distorce a própria ideia que temos de democracia, fazendo dela apenas um conceito econômico e não um conceito político. Os termos “democracia”, “cidadania” e “civismo” são comuns nas escolas militarizadas em Goiás, que se autodeclaram como “escolas de civismo e democracia”.

Por outro viés, a Educação pode e deve ser compreendida em sua dimensão social, voltada para a formação do cidadão tendo em vista sua contribuição para a sociedade, de modo que atue para a construção de uma ordem social voltada para o bem coletivo, para a realização da liberdade, e onde a justiça seja basilar. A democracia, neste sentido, é mediação para o exercício da liberdade pessoal e social, abarcando todos os meios e esforços para concretizar o entendimento, o diálogo entre indivíduos e grupos, a convivência com a diferença, a responsabilidade, a partir de valores construídos historicamente e, em âmbito individual, alicerçados na ética.

Os “bons” resultados das escolas geridas pela Polícia ressalta quase sempre a disciplina, a obediência às regras, e a seriedade dos profissionais. Em agosto de 2012, a versão *online* do *Diário da Manhã* publicou, sob o título “As melhores escolas de Goiás”, o seguinte texto:

Colégios da Polícia Militar se destacam por bom desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. A escola que apresentou melhor desempenho, no Estado, foi o Colégio da Polícia Militar de Goiás Dr. César Toledo, de Anápolis, a 55 km de Goiânia. Ele faz parte do ranking das melhores escolas do País, na categoria de 5º ao 9º ano, sendo o 20º colocado. A instituição apresentou rendimento de 6,7. Para a coordenadora pedagógica do colégio, Valceni Aparecida de Moura Silva, um dos pontos fortes do Colégio Dr. César Toledo é a seriedade dos profissionais e a cobrança pela disciplina dos alunos. Ela explica que toda a equipe do colégio está empenhada em trabalhar para que os alunos aprendam. ‘Aqui os funcionários vestem a camiseta da educação. Os militares também fazem ronda pelos corredores para auxiliar o trabalho dos educadores e cobrar a disciplina dos estudantes’ (PREDA, 2012, p.1).

As crianças e jovens que não podem frequentar um CEPMG, cujas exigências de investimento financeiro estão além das posses de suas famílias, vão para escolas públicas da rede municipal ou estadual, aumentando a evidência de que o ponto de partida dos indivíduos que frequentam as escolas públicas é bastante diferente daqueles que ingressam em alguma escola gerida pela Polícia Militar, uma vez que esta promove a seleção de seus alunos antes do início do ano letivo e das atividades escolares, e tem assegurados investimentos contínuos para sua melhoria. Além das restrições para o acesso, os CEPMG's, embora considerados públicos, cobram uma taxa financeira mensal, que oficialmente não é obrigatória, mas colabora para afastar alunos das camadas mais populares. Além da taxa de contribuição mensal, os colégios militarizados exigem como uniforme o uso de fardas. Essas fardas não são doadas, tendo um valor alto para os padrões de qualquer família de renda baixa. O resultado é a exclusão dos mais vulneráveis e necessitados.

Mas aspectos como esses, que balizam a reprodução e sedimentação da desigualdade social, sequer são questionados pela mídia, pelo governo do estado, ou demais instâncias, que insistem em garantir legitimidade às escolas dirigidas pela Polícia Militar.

Outro aspecto importante a ser levado em consideração é o Projeto Político Pedagógico (PPP) desses colégios, que fazem referência a uma educação homogênea, sem levar em conta as desigualdades econômicas e sociais da família de origem dos estudantes. A todo o momento busca-se uma formação “integral”, ou seja, um indivíduo adaptado à conservação da ordem social, cultural e econômica, muitas vezes imputando aos pais o dever de também fiscalizar a formação “incorreta” de seus filhos. Tudo isso em contraste com a ideia de escola reconhecida como a instituição que ensina conhecimentos já estabelecidos, dirigindo processos de construções mentais, na qual a função do professor é fornecer ao aluno sinais para que ele possa, por si só, construir o ato do conhecimento e tirar suas próprias conclusões sobre o mundo e sobre sua vida (PINHEIRO, 2016 p. 8). Desta feita, o Projeto Político Pedagógico (PPP) dos colégios militarizados, que enfatiza “o sucesso dos alunos” e tem como objetivo torná-los “patriotas”, contrasta violentamente com a concepção de uma escola libertadora. Nos colégios militarizados, é estabelecido que a formação do grêmio estudantil seja implementada segundo regras pré-estabelecidas pelos gestores da escola, o que desrespeita a autonomia dos alunos no processo de constituição de suas próprias entidades representativas, por exemplo.

Outro exemplo é que o documento cita “a democracia escolar”, mas o diretor é indicado externamente ao colégio, sem qualquer participação da comunidade escolar, sendo um

policial, de preferência da reserva, que exercerá a função de diretor somada à função de Comandante da PM que trabalha no âmbito escolar. Tudo isso deixa claro que o propósito do sistema educacional da Polícia Militar do Estado de Goiás não é formar cidadãos críticos e com potencial de transformar a realidade, e sim, de cercear e constituir indivíduos conformados e respeitadores da ordem instituída (PINHEIRO, 2016, p. 6).

A hierarquia, como já a abordamos, tão central nos colégios da Polícia Militar - nos quais alunos não podem questionar professores, coordenadores, inspetores e outras patentes -, só naturaliza de modo radical a realidade de privilégios/exclusão na qual estamos inseridos. A disciplina, categoria sempre presente no contexto militar, limita a reflexão, a curiosidade, o livre pensar, conduzindo à alienação estudantes que, em breve, vão compor a classe produtiva do estado. A organização dessa cultura educacional está organicamente ligada à permanência de um poder dominante, sempre atendendo aos interesses do grupo dominante (GRAMSCI, 1982).

A escola, a formação profissional, a educação de adultos e a universidade podem ser apenas uma fachada, um aparente conflito entre a organização da cultura e o poder político, sendo que a maioria das ações que produzem “persuasão permanente” ocorrem nos bastidores, à margem do sistema educativo formal. As decisões tomadas no âmbito dos meios de difusão, da editoração e da comunicação; as mudanças introduzidas na organização do trabalho; as opções em favor de uma ou de outra tecnologia da indústria e dos serviços; o sistema de escolha e nomeação de funcionários e dirigentes dos sindicatos e dos partidos, bem como sua função na vida cotidiana da sociedade constituem os principais veículos modernos e ocultos dos processos educativos (MONASTA, 2010, p. 32).

Frente a todos esses aspectos, as classes oprimidas vêm aderindo a esse modelo de educação acreditando se tratar de algo benéfico, considerando o domínio exercido pelos colégios militarizados como algo desejável, o que resulta justamente de sua vulnerabilidade. É-lhe roubada a possibilidade de perceber as consequências presentes e futuras dessa forma de educação. Ao final, o que se terá será a naturalização da dominação, levando gerações a ingressarem num mercado de trabalho cada vez mais precarizado, sem instrumentos para compreender as injustiças, e capacitadas apenas para reproduzir essa realidade.

Então, mesmo se apresentado sempre como um modelo de instituição de ensino que propicia formação diferenciada, os Colégios Estaduais da Polícia Militar reiteram a hegemonia, formando para a amoldamento e perpetuando processos de dominação. A

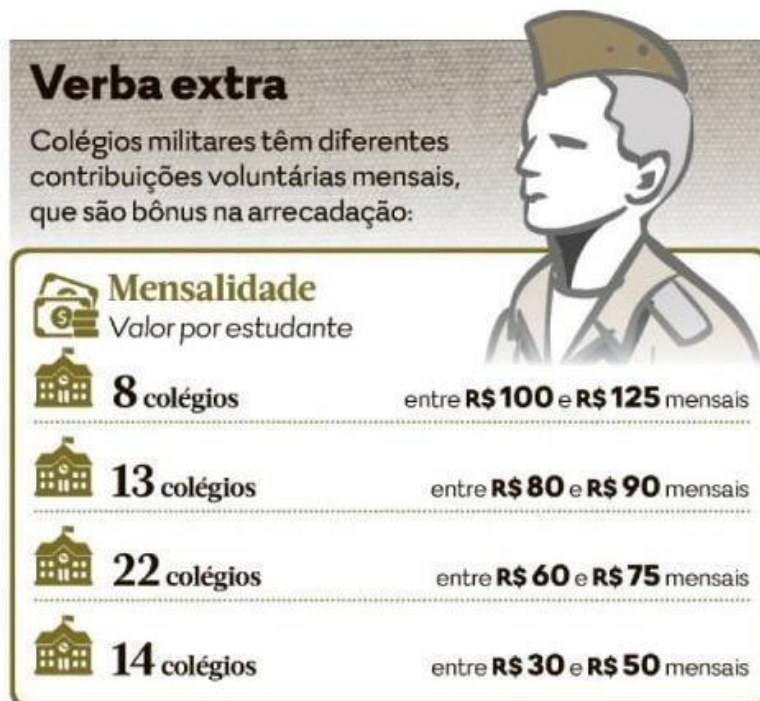
contrapartida a essa conjuntura é a escola que leva os cidadãos a pensarem. Para que isso aconteça, Gramsci (2010) prevê que a educação de dominantes e dominados deve ser equivalente, e que a educação precisa perder seu caráter autoritário e de adequação homogeneizante dos indivíduos.

Além dos aspectos comportamentais já descritos, os CEPMG possuem uma concepção de ensino tecnicista, com ênfase na técnica e na tecnologia, no pressuposto da neutralidade científica, e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade. Essa perspectiva propaga processos educativos “objetivos”, numa organização racional dos meios, na qual professores e alunos são executores de um planejamento que deve ser controlado pelo coordenador. Assim, a organização do processo educativo é pautada na eficiência, maximizando os efeitos da intervenção, dando prioridade à meritocracia, à privatização e à racionalidade técnica dos processos de aprendizagem (FREITAS, 2012).

Há o gerenciamento das forças de trabalho na escola por meio de processos, bônus, punições; o aluno é avaliado quanto à produtividade, assiduidade, disciplina e comportamento e, assim, classificado em uma perspectiva meritocrática. Por isso, quanto mais disciplinado, mais bem classificado o aluno se apresenta, e não se trata apenas dessas formas de expressão meritocrática internas à instituição, mas de contínuas divulgações públicas que se configuram enquanto recompensa para a instituição militar¹⁰.

¹⁰ Fonte: Jornal *O Popular*. Disponível em <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/escolas-militares-podem-arrecadar-por-m%C3%AAs-mais-de-r-4-5-milh%C3%B5es-1.1805745> , acessado em 17 de maio de 2019.

Figura 1 - Arrecadação extra (bônus) dos colégios militarizados com taxas "voluntárias" dos estudantes



Números

- **R\$ 4,6 milhões** é o valor aproximado do potencial de arrecadação
- **R\$ 72** é a média da contribuição voluntária
- **64.228** estudantes estão em colégios militares
- **12%** do total de alunos da rede estadual
- **60** colégios estaduais são militarizados atualmente
- **7** estão na capital
- **37** novos são previstos na legislação

Fontes: Colégios militares estaduais, Seduc e Sintego

Obs.: Três unidades não responderam ou a reportagem não conseguiu entrar em contato

Conclui-se que há um abismo entre as realidades dos CEPMG's e a das escolas públicas civis. A cobrança de taxas, por exemplo, só é permitida nas escolas dirigidas pela Polícia Militar. Em realidade, a seriedade nos investimentos públicos garantiria excelência ao ensino brasileiro, mas a precarização das escolas públicas decorre do longo processo que envolve o *lobby* das escolas particulares, das escolas religiosas, e, atualmente, das escolas militarizadas. Dessa forma, o fator econômico diferenciado fornece um parâmetro para se compreender a diferença no desempenho destas escolas.

Neste sentido, é emblemático o quadro de valores referente às mensalidades pagas ao CEPMG Unidade Polivalente Vasco dos Reis (CEPMG-PMVR). Sessenta por cento (60%) dos alunos do CEPMG-PMVR efetuam o pagamento das mensalidades regularmente, com valores estipulados em R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) para o ensino fundamental e de R\$ 70,00 (setenta reais) para o ensino médio (para efeitos de margem de erro utiliza-se a menor mensalidade praticada, R\$ 65,00). Considerando que o número total de alunos, divulgado na página digital do CEPMG-PMVR, é de 2000 estudantes, conclui-se que 1200 alunos efetuam pagamentos mensais ao CEPMG. Ainda que se leve em consideração a menor mensalidade, chega-se ao valor de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) mensais. Como o calendário do ano letivo divulgado pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás prevê aulas em 11 dos 12 meses do ano, o valor total recebido pelo CEPMG, considerando a totalidade do ano letivo, alcança a marca de R\$ 858.000,00 (oitocentos e cinquenta e oito mil reais).

É importante lembrar que esses valores se referem apenas ao faturamento com as mensalidades pagas pelos alunos. Em recente reportagem divulgada pelo jornal *O Popular*, o total arrecadado por colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás pode ser maior do que R\$ 4,5 milhões de reais mensais¹¹. Ainda de acordo com a pesquisa levantada pelo jornal, o colégio militarizado que mais arrecada é o colégio CEPMG Cesar Toledo, de Anápolis, cujo saldo alcança cerca de 200 mil reais mensais.

Na comparação da desigualdade econômica entre os dois regimes de escolas públicas estaduais, podemos afirmar inexistir superioridade daquela forma de gestão, e que a narrativa que sustenta o *modus operandi* militarista como melhor, não representa a expressão da realidade, principalmente quando se revela que o suporte financeiro disponibilizado aos CEPMG é infinitamente maior que o aporte financeiro dado às escolas regulares civis. Nesse sentido, podemos afirmar que

(...) a questão que se coloca então é que os resultados obtidos, nessa situação privilegiada, são decorrentes não da gestão militar, mas das condições diferenciadas efetivamente oferecidas. Caso essas mesmas condições estivessem presentes nas demais escolas públicas, elas e seus profissionais seriam com certeza capazes de assumir o trabalho com a competência necessária (MELO, 2015).

¹¹ Jornal *O Popular*. Disponível em <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/escolas-militares-podem-arrecadar-por-m%C3%AAs-mais-de-r-4-5-milh%C3%B5es-1.1805745> . Acessado em 17 de maio de 2019.

Figura 2 - Reportagem sobre arrecadação dos colégios militarizados com taxas dos estudantes



Fonte: *Jornal O Popular*. Disponível em <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/escolas-militares-podem-arrecadar-por-m%C3%AAs-mais-de-r-4-5-milh%C3%B5es-1.1805745> . Acessado em 17 de maio de 2019

Portanto, sob este aspecto, a análise revela a realidade dessas duas categorias de escolas públicas estaduais, demonstrando que o diferencial entre elas não é a gestão, mas o montante financeiro que é recebido e gerido. Essa discrepância se torna mais evidente no acompanhamento comparativo dos repasses do Pró-Escola para as escolas regulares e para os CEPMG's, dados que estão disponíveis no relatório em sua página eletrônica (PINHEIRO e BEZERRA, 2017, p.8). Isso nos leva à próxima questão.

Sobre a infraestrutura das escolas públicas, este é um dos aspectos da educação brasileira há muito debatido.

Em meados de 1980, Castro e Fletcher (1986) discutem as condições materiais das escolas brasileiras na época. Eles colocam explicitamente a questão da eficiência e da eficácia dos gastos públicos com educação e falam da relevância da infraestrutura das escolas para o aprendizado dos alunos. Sátyro e Soares (2007) estudam a infraestrutura escolar com base nos dados dos Censos Escolares de 1997 a 2005 e constatam que, embora tenha ocorrido uma melhora no período, isso não repercutiu em termos da repetência e do aprendizado dos alunos (SOARES NETO; RIBEIRO DE JESUS; AKEMI KARINO & ANDRADE, 2013, p. 80).

Outro fato mencionado é o das grandes diferenças existentes entre as escolas estaduais e privadas em relação às municipais que persistem na atualidade. Os autores falam da necessidade de conhecer melhor o impacto das condições materiais das escolas nos resultados educacionais. “Soares, Razo e Fariñas (2006) incluem a infraestrutura escolar como fator importante para explicar os baixos resultados da educação na área rural” (SOARES NETO; RIBEIRO DE JESUS; AKEMI KARINO & ANDRADE, 2013, p. 81). Os autores acrescentam que mais de 44% das escolas da educação básica brasileira ainda apresentam uma infraestrutura escolar elementar, sem atualizações arquitetônicas e assimilação de novos recursos, contando apenas com água, sanitário, energia, esgoto e cozinha.

Trata-se de aspectos *sine qua non* para o funcionamento de um prédio escolar, sem qualquer característica específica relacionada ao processo ensino-aprendizado. Outro dado que chama a atenção é que somente 0,6% das escolas apresentam uma infraestrutura considerada avançada. Esses resultados demonstram o quanto ainda é preciso progredir para proporcionar aos estudantes um ambiente escolar adequado aos propósitos de uma educação de qualidade, especialmente pública, o que não pode negligenciar a qualidade da infraestrutura escolar (SOARES NETO; RIBEIRO DE JESUS; AKEMI KARINO & ANDRADE, 2013)¹².

Abordo este fator a fim de reforçar a desvantagem enfrentada pelas escolas estaduais e municipais que, lesadas há décadas, não obtêm condições de atualizarem-se no que concerne às suas edificações, nem angariam possibilidades de novas construções (como de complexos esportivos, piscinas, ou salas temáticas, bibliotecas, laboratórios, auditórios e afins), o que igualmente pesará no rendimento dos discentes.

É inegável a necessidade de se analisar, para além do desempenho dos estudantes em um índice específico, outros fatores contextuais, passíveis de intervenção, que influenciam no sistema educacional. Análises cuidadosas poderão contribuir para esclarecer o processo de produção de desigualdades, e demonstrarem que as diferenças de desempenho podem ser a reprodução de um histórico de desigualdades sociais.

¹² Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf> Último acesso realizado em 10 de setembro de 2020.

Um exemplo é avaliar não somente a existência dos elementos que compõem a infraestrutura escolar, como água, esgoto, sala de professores, entre outros, mas também a qualidade desses elementos. As desigualdades de infraestrutura existentes entre as escolas demonstram o quanto o Brasil ainda está distante não somente de um tratamento de equidade entre as escolas, mas também da garantia de um padrão mínimo de qualidade a todas elas. Um alto percentual de escolas não possui requisitos básicos de infraestrutura, como sala de diretoria, sala de professores e biblioteca. No entanto, essa abordagem qualitativa não é trazida à tona – o que tornaria transparente a necessidade de políticas públicas que visassem diminuir as discrepâncias e promover condições para que a aprendizagem possa ocorrer em um ambiente realmente favorável.

Diante de todos esses desafios, e a partir de minha condição de egressa do ensino público e, posteriormente, docente da rede pública de ensino do estado de Goiás, não posso compactuar com a proposta de militarizar escolas públicas. Policiais militares são treinados para o embate, com uso de armas e viaturas, e sua postura denota ataque ou defesa, inclusive com práticas de desumanização de indivíduos social e economicamente marginalizados. Portanto, não existe característica ou treinamento afim com o de um profissional da Educação, o que o desqualifica para exercer o cargo de gestor em escolas. A presença da polícia militar nas escolas públicas e suas implicações - como a cobrança de taxas, o fardamento, a padronização de cortes de cabelo, o estímulo à competição, a disciplina militar de ordem, obediência e continência, dentre outros -, delinea uma situação que tem gerado conflitos e desconforto na relação entre outros atores presentes no ambiente escolar.

O processo de militarização de escolas no Brasil acontece há muitos e muitos anos e, por conseguinte, interfere na educação de forma sistematizada ao longo dos tempos, evidenciando a forte presença desse pensamento militar na escola, na instrução e no ensino brasileiros e, portanto, na construção, consolidação e efetivação da educação (RÊSES; DE PAULO, 2019).

Da perspectiva de uma pedagogia libertária, o estudante tem sua autonomia violada e passa a conviver com uma presença maior de discriminação, característica do *ethos* militar. A função de gerir escolas precisa ser desempenhada por aqueles que conhecem a educação pública e a comunidade em torno da escola, que conhecem as conquistas históricas de educadores, as muitas elaborações acerca do papel do conhecimento nos processos civilizatórios, servidores das instituições governamentais, e famílias, em debates e construções de longo anos sobre o tema, sobre sua legislação, que conhecem

metodologias e concepções diversas, e que, sobretudo, amam o ofício de dar asas ao crescimento e à autonomia de outro ser humano.

É inadmissível a conversão de um ambiente como a escola pública num lugar mais excludente e competitivo, onde só os “melhores”, sob perspectivas questionáveis, podem participar, em espaço escolar que renegue e invisibilize o caráter dos conflitos sociais e a urgência de justiça para todos. A antesala de um campo de guerra.

CAPÍTULO III

A MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA CEPMG DR. NEGREIROS (NERÓPOLIS-GO)

A partir de agora, procurarei compreender o contexto de ensino do atual CEPMG Dr Negreiros voltando à sua condição anterior e retornando até à sua criação, com foco nas diferenças possíveis de serem apontadas, e somando a elas os dados coletados durante a pesquisa.

O Colégio Estadual Dr. Negreiros foi criado em 1968, sendo um dos primeiros colégios do município de Nerópolis, angariando, por isso, um importante histórico de formação de significativa parcela da sociedade neropolina nos níveis de ensino fundamental e médio. O nome foi uma homenagem a Artur de Souza Negreiros, conhecido como Dr. Negreiros, um odontólogo que lecionou diversas disciplinas como professor substituto, sem aceitar por isso qualquer remuneração¹³.

Antes da militarização, o colégio já havia expedido centenas de certificados nos níveis ofertados, e mantinha funcionamento similar ao das demais escolas da rede pública de ensino. Até a implementação da gestão militar, que começou a funcionar a partir do ano letivo de 2017, depois que uma petição assinada em audiência pública, solicitando a alteração do estatuto da escola, se transformou em projeto de lei que, efetivamente, militarizou o colégio por meio da Portaria de Instalação nº 1004 8/2017 – PMGO, de 06 de dezembro de 2017, se tornando a lei de nº 19.651, na qual consta:

Art. 10. O Colégio Estadual Doutor Negreiros, situado na Rua Nasceu de Almeida, nº 220, Parque das Américas, no Município de Nerópolis, fica transformado em Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – CPMG.

§ 1º A Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE e o Comando de Ensino Policial Militar do Comando-Geral da Polícia Militar adotarão todas as medidas administrativas necessárias ao pleno funcionamento do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás criado por este artigo, a partir do 1º (primeiro) semestre do ano letivo de 2017.

¹³ Página oficial do Colégio na rede mundial de computadores, https://www.cepmgdoutornegreiros.com.br/?page_id=2, acessado pela última vez em 19 de agosto de 2020.

§ 2º O Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás –CPMG– criado por este artigo disporá do quadro de funções comissionadas previsto no art. 2º desta Lei¹⁴.

A nova lei estabeleceu, ainda, a criação de novas funções comissionadas, remuneradas pelo estado, para a reorganização do Colégio¹⁵:

Tabela 1 – Novas Funções Comissionadas do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás –CPMG

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VALOR	QUANTITATIVO
Comandante	FCEM-1	3.500,00	1
Subcomandante/Chefe do Div. de Ensino	FCEM-2	3.000,00	1
Auxiliar de Divisão de Ensino	FCEM-4	1.400,00	1
Chefe da Divisão Administrativa	FCEM-3	2.100,00	1
Auxiliar da Divisão Administrativa	FCEM-4	1.400,00	1
Chefe da Divisão Disciplinar	FCEM-3	2.100,00	1
Auxiliar da Divisão Disciplinar	FCEM-4	1.400,00	1
Guarda	FCEM-4	1.400,00	1
S O M A		R\$ 16.300,00	8

Fonte: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/98965/lei-19651#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de,%2D11%2D2017%2C%20art . Acesso em 16 nov. 2020

A previsão de uma instância de formação dentro da Polícia Militar de Goiás é antiga; no próprio site oficial da Corporação, lê-se que:

- Art. 13. **O Centro de Instrução da Polícia Militar** terá a seguinte estrutura Organizacional:
- I - Comando, que compreende o Comandante e o Subcomandante;
 - II - Secretaria;
 - III - **Seção de Instrução e Adestramento**, estruturada em:
 - a) Coordenação de Instrução Individual;
 - b) Coordenação de Instrução Coletiva;
 - c) Coordenação de Capacitação;
 - d) Coordenação de Estágios e Treinamentos.
 - IV - **Seção de Doutrina e Pesquisa**, estruturada em:
 - a) Coordenação de Doutrina Policial Militar;
 - b) Coordenação de Avaliação Operacional.
 - V - Seção de Apoio, estruturada em:
 - a) Coordenação de Meios Auxiliares;
 - c) Coordenação de Esporte, Lazer e Saúde.

¹⁴ Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/98965/lei-19651#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de,%2D11%2D2017%2C%20art Acesso em 16 nov. 2020

¹⁵ Fonte: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/98965/lei-19651#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de,%2D11%2D2017%2C%20art . Acesso em 16 nov. 2020

VI - Fiscalização Administrativa.

a) Almoxarifado.

Art. 14. **Os Colégios da Polícia Militar de Goiás** terão a seguinte estrutura Organizacional:

I - Comando, que compreende o Comandante e o Subcomandante;

II - Secretaria Geral;

III - **Seção Disciplinar**;

III - Seção de Ensino, estruturada em:

a) Subseção de Educação Física e Desportos;

b) Subseção de Projetos e Eventos;

c) Subseção de Recursos Didáticos;

d) Subseção de Mecanografia.

IV - Seção Administrativa, estruturada em:

a) Subseção de Material e Patrimônio;

b) Subseção de Finanças;

c) Subseção de Aprovisionamento.

Art. 15. O Comando da Academia de Polícia Militar terá a seguinte estrutura organizacional:

I - Comando, que compreende o Comandante e o Subcomandante;

II - Secretaria;

III - **Divisão de Ensino**, estruturada em:

a) Seção Psicopedagógica;

b) Seção Técnica de Ensino;

c) Seção de Educação Física;

d) Seção de Coordenação Pedagógica;

e) Seção de Meios Auxiliares.

IV - Fiscalização Administrativa, estruturada em:

a) Almoxarifado;

b) Transporte;

c) Aprovisionamento;

d) Tesouraria;

V - Seção de Comunicação Social;

VI - Biblioteca;

VII - **Centro de Formação de Oficiais**;

VIII - **Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças**;

IX - **Centro de Pós- Graduação**;

X - Companhia de Comando e Serviços;

XI - Corpo Musical da Polícia Militar de Goiás - CMus-PMGO, composto pelas seguintes Bandas de Música:

a) Banda Sinfônica;

b) Big Band;

c) PM Show;

d) Banda de Música destacada da cidade de Goiás-GO;

e) Banda de Música destacada da cidade de Iporá-GO;

f) Banda de Música destacada da cidade de Anápolis-GO;

g) Banda de Música destacada da cidade de Luziânia-GO;

h) Banda de Música destacada da cidade de Pires do Rio-GO;

i) Banda de Música destacada da cidade de Caldas Novas-GO;

j) Banda de Música destacada no Comando de Ensino da Polícia

Militar. (...)¹⁶

Em estudo realizado sobre o tema, as professoras doutoras da Universidade Federal de Goiás – UFG, Míriam Fábria Alves e Mirza Seabra Toshi, juntamente com a docente da

¹⁶ Fonte: Documento publicado no site da PM do estado de Goiás, <https://www.pm.go.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/port.-no-2337-de-04.04.12-regulamenta-a-matriz-organizacional-da-pmgo.pdf>
Os grifos são meus.

rede pública de ensino de GO, Neusa Souza Rêgo Ferreira detalham minuciosamente a transformação da primeira demanda da Polícia Militar, e a lei criada ainda em tempos da Ditadura Militar, no processo de política pública que vem entregando enorme número de escolas - patrimônios públicos da população -, em mãos de policiais, bem como as narrativas que foram sendo construídas para sua justificativa (ALVES, TOSHI & RÊGO FERREIRA, 2018).

As professoras analisam documentos oficiais, portarias e notas que registram as alterações da natureza do centro de ensino que funcionaria nas instalações da Academia da Polícia Militar, para atender somente aos dependentes de oficiais da força. Abarcam também acontecimentos políticos que impulsionaram a direção do estado na decisão por investir em modos de controle possíveis de serem paulatinamente construídos, atrelados aos estudos regulares. E dissertam sobre as narrativas criadas para justificar essa opção, sempre evocando desafios como “segurança” e “bons valores”. Ainda que essas palavras se repitam nos discursos do governo, da própria polícia, e da mídia, as pesquisadoras apontam como a iniciativa é excludente (não atende à totalidade da população de Goiás) e como é falaciosa, uma vez que os desafios apontados – falta de segurança, criminalidade, falta de disciplina por parte de adolescentes e jovens (que os “empurrariam para o crime”) – precisam de uma política pública consistente *de educação*, que permitisse o melhor funcionamento das escolas em todos os níveis, a remuneração justa para profissionais da educação, bem como condições para atualizações, modernização dos colégios, e outras soluções.

As professoras vão mais fundo. Exemplificam, por exemplo, motivações de cunho político para a criação de novos colégios militarizados; em outras palavras: como chegaram ao ponto de ser tornarem “punição, castigo” para professores da rede pública de ensino, que nunca foram cegamente submissos aos governos:

Em 2015 se dá uma nova expansão dos colégios militares, mas, desta vez, ela acontece em meio a uma reação do governo do estado frente à greve dos profissionais da educação e como reação aos enfrentamentos públicos promovidos por um grupo de professores da rede estadual. Nas palavras de Santos (2016, p.25):

Durante um evento solene de entrega de bolsas atleta no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia, promovido pelo governo de Goiás, o governador Marconi Perillo perdeu o controle ao ser vaiado por educadores da rede estadual durante seu discurso.

Os servidores da educação, em greve há mais de trinta de dias, reuniram-se na entrada do Centro Cultural e, durante o discurso do governador, protestaram e vaiaram.

Neste ato o governador anunciou novos colégios militares como “castigo” aos “professores baderneiros”, o que também promoveu uma mudança na narrativa. O ofício mensagem n. 57, de 2015, dirigido a Assembleia Legislativa de Goiás, que propõe a criação dos cinco novos colégios, é uma boa fonte para explicitar as contradições que cercam esse processo. (...) Dizia respeito à “transformação das unidades de ensino que especifica em Colégios Militares” (GOIÁS, 2015a). Em meio ao clima tenso existente entre o governo do estado e os professores, a mensagem do governador explica que “tenho por adequada a iniciativa da propositura (...). Parece correto afirmar que até esse período, apesar da expansão de 2013, o governo ainda vinha mantendo uma narrativa dúbia sobre o lugar dessa escola na estrutura do estado. Em 2015, no entanto, resolve publicizar a sua opção de entregar as escolas estaduais à Polícia Militar para que não pudessem se opor ao governo do estado, fazer greve ou manifestação, submetendo os profissionais da educação ao rigor disciplinar característico da PM, onde a disciplina e a obediência são obrigatórias (ALVES, TOSHI & RÊGO FERREIRA, 2018, p. 276).

Constatamos, assim, a existência de uma represália em relação aos docentes da rede pública de ensino, e a tomada de medidas de contenção e cerceamento de suas liberdades. O discurso da “qualidade” do ensino nas escolas militarizadas também desacredita os professores da rede pública, passando para a população a ideia de que estes não são capazes de levarem os estudantes a alcançarem altas notas e alto desempenho em avaliações como a do IDEB. A partir desse estratagema, o governo do Estado aciou todos os educadores, que ainda representavam uma voz dissonante ante o autoritarismo e as arbitrariedades vigentes. A partir disso, a expansão foi vertiginosa

Quadro 1- Colégios da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) criados por lei (2001-2018)

Ano	2001	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Qtde CPMG criados	6	18	3	14	3	25	9	
Novos Municípios atingidos		Inhumas Formosa Goiânia Valparaíso Aparecida de Goiânia Goiás Jataí Goiânia Itumbiara Rio Verde Anápolis	Catalão Santa Helena Palmeiras	Posse Itaberaí Jataguá Itaçu Goiatuba Ceres São Luís de Montes Belos Caldas Novas		Itapuranga Vianópolis Goiatubas	Goianira Alexânia Cidade Ocidental Cristalina Iporá Padre Bernardo Pires do Rio Rubiataba Santo Antônio do Descoberto Pirenópolis Morrinhos Ipameri Guapó Petrolina de Goiás Itapaci Nerópolis Trindade Crivás Hidrolândia Anicuns Bom Jesus	Barro Alto Sanclerlândia Uruaçu Bela Vista Edéia

Fonte: ALVES, TOSHI & RÊGO FERREIRA, 2018, p. 278

As autoras chamam a atenção, ainda, para o termo “criação”, uma vez que nenhuma das escolas foi “criada” (construída, equipada e depois entregue à PM): todas elas foram transferidas. Identificadas escolas com boa estrutura física, elas são transferidas para a polícia militar num ato unilateral do executivo estadual, sem consulta ou anuência da Secretaria de Educação e seus integrantes.

Por fim, as autoras chama a atenção para outro dado alarmante:

Ao contrário da tão propagada melhoria da escola pública, se investe num novo modelo de gestão da escola, que marginaliza ainda mais a escola estadual com a criação do CPMG. O governo do Estado não faz uma política pública que contemple melhorias para toda a rede, mas negocia algumas escolas que deixam de ser geridas na lógica de uma

escola pública universal, gratuita, laica e para todos, criando uma diferenciação na rede. Ou seja, entrega as escolas para a Polícia Militar, o que contempla os anseios de uma parte da população atendida, e colhe os frutos de uma política excludente, autoritária e eleitoreira (ALVES, TOSHI & RÊGO FERREIRA, 2018, p. 280).

Para fins de comprovação, de acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico), o colégio Dr. Negreiros conta com 15 (quinze) salas de aula e funciona nos turnos matutino e vespertino. O turno matutino é voltado inteiramente para o ensino médio, e o vespertino, para o ensino fundamental. A capacidade de cada sala de aula é de, em média, 37 (trinta e sete) alunos, o que possibilita um total de 550 (quinhentos e cinquenta) estudantes por turno. O quadro de professores soma um total de 39 (trinta e nove) docentes, sendo apenas 15 (quinze) destes professores efetivos, enquanto 24 (vinte e quatro) outros professores seguem em regime de contrato temporário. No quadro administrativo verifica-se um total de 15 (quinze) funcionários, sendo apenas 3 (três) deles efetivos, com 12 (doze) em regime de contrato temporário.

Já o *corpus* militar conta com 14 (quatorze) policiais militares distribuídos em diversas funções disciplinares. Destaquemos que esses policiais já são remunerados pelos impostos pagos pela população, por sua pertença à Polícia Militar. Constitui um fator de problematização, então, a lei de criação de novos cargos comissionados, que sobrepõem aos contracheques já recebidos por esses policiais novas remunerações, certamente a título de “gratificações”.

Não por acaso, o efetivo policial disponibilizado para o CEPMG Dr. Negreiros, que era de 8 (oito) policiais, subiu para 14 (quatorze), um salto de quase 100%, conforme informação disponibilizada pelo PPP da unidade militar escolar. É importante pontuar, também, que esses policiais deixam de atuar nas ruas e mesmo nos quartéis militares, ficando lotados apenas na escola. Recebendo pelo papel que, originalmente, deveria cumprir e não cumpre, recebem além de seus salários, onerando a prefeitura municipal de Nerópolis em bonificações mensais que custam, em média, R\$1.494,00 reais para cada militar deslocado para unidades escolares. Essa gratificação paga ao militar é o valor médio dos salários pagos aos professores contratados em caráter temporário, por uma carga horária de 21 (vinte e uma) aulas semanais, o que corresponde às 30h semanais somando-se os tempos de coordenação e reuniões de docentes, dentre outras obrigações. Além deste aspecto, outros precisaram ser mapeados. No início do ano letivo de 2020, realizei uma visita *in locus* para observar a unidade escolar, e as melhorias ocorridas após a militarização da escola. Foram realizadas reformas, como a mudança de telhado e

reforma da cozinha, a criação de novas salas de aula, a criação da sala dos professores, além de melhorias como climatização de todas as salas de aula, aquisição de mobílias para a secretaria e para a sala dos professores, dentre outras.

O atual diretor da unidade escolar, major Paulo Sérgio, esteve presente nos dias das visitas e me acompanhou por toda a unidade escolar. Por já conhecer profundamente a unidade, uma vez que fui estudante ali, e ainda ter trabalhado no colégio, pude confirmar que foram muitas as melhorias alcançadas em curto período de tempo.

Figura 3 - Imagens da Cerimônia de Instalação do CEPMG Dr. Negreiros.



Fonte: Página Oficial do Colégio: Disponível em:
https://www.cepmgdoutornegreiros.com.br/?page_id=65. Acesso em 16 nov 2020

Ainda nessa primeira fase da pesquisa, realizei a entrevista com o major Paulo Sérgio, bem como a entrevista com a coordenadora pedagógica do turno matutino, professora Maria Rosa, que é a responsável pela coordenação do ensino médio (foco do nosso estudo). Novamente *in locus* realizamos a visita para coleta de dados da instituição: leitura e análise do PPP (Projeto Político Pedagógico) e da lei de criação do CEPMG Dr. Negreiros, bem como o regimento escolar, que vem registrado na agenda escolar dos estudantes, que todos têm que adquirir ao início de cada ano letivo.

Transcreverei agora a entrevista obtida com o gestor, a fim de poder assimilá-la às análises posteriores com o conhecimento dos leitores, e para fins de documentação histórica, uma vez que abordamos aqui de mais uma transformação importante e polêmica destes conturbados anos no Brasil:

A entrevista com o Major Paulo Sérgio se deu no dia 13 de janeiro de 2020, na unidade militar escolar, no turno matutino, onde ele me recebeu de maneira descontraída e muito receptiva. Mostrou-se a todo tempo solícito, e não se furtou a responder nenhuma das perguntas realizadas. A entrevista foi realizada por meio de questionário semiestruturado e, no decorrer da conversa, ao surgirem novas questões sobre o tema, o Major se manteve muito tranquilo para responder e auxiliar. Optamos por reproduzir a conversa na íntegra, intercalando-a com os demais dados obtidos na coleta de dados.

Me conte a sua experiência profissional até chegar aqui, e como você foi selecionado para ser gestor nesta unidade?

Major - Prazer, eu fico lisonjeado por ter sido escolhido para estar nessa entrevista aqui. Bom, eu nem pensava em educação, nós nem pensávamos em trabalhar na educação, porque a nossa formação ela é castrense¹⁷ ela é mais, nós ministrávamos mais aula era pra soldado, sargentos né, até mesmo oficiais da polícia militar. Então a nossa formação, pedagogicamente falando é mais castrense.

Eu já estava na reserva já um bom tempo, já há dois anos, e fui convidado pelo comando de ensino e o comando de ensino geral. Primeiro eles olharam as fichas, pra ver como que era o nosso comportamento, em questão de comportamento profissional, comportamento familiar, e eles fizeram toda uma triagem lá, e me ligaram e me convidaram. Eu estava há dois anos [reformado], e nós fomos convocados novamente. Então, nosso processo não é um processo de seleção, e nem de indicação dos pais, de votação, nós não somos eleitos; nós somos escolhidos pelo comando de ensino e passamos por todo um processo psicológico, passamos por todas as entrevistas, quase o dia todo no psicólogo para ver qual é o nosso perfil para lidar com adolescentes, com menores, na verdade, estudantes, né?

¹⁷ O termo “castrense” refere-se a um jargão militar, que se refere a acampamento militar, mas que é comumente apropriado para designar aqueles que são imbuídos da formação dos novos praças, cadetes, e mesmo de colegas mais graduados da corporação.

E eu me encaixei muito bem no perfil lá. Passei em todas as etapas lá, e em seguida foi feito o contrato. Nós estamos já há dois anos na nossa unidade e temos feito bastante avanços aqui. É, eu não tinha nenhuma perspectiva na verdade, né? Eu encontrei muitas dificuldades no início, muitas mesmo, aprendi muito, errei no primeiro ano, aprendi no segundo e vou acertar mais nesse terceiro ano, se Deus quiser, né? Mas essa foi, assim, a primeira etapa da sua pergunta, foi essa aí: foi um processo, vamos falar assim, não foi político, foi um convite também do prefeito, mas também nós tínhamos que passar pelo crivo do comandante geral, que era o coronel Anésio na época, e também, depois disso, ser mandado pela Secretaria Estadual de Educação, pra ver se aprovava ou não a nossa contratação, mas basicamente foi isso.

O depoimento comprova que os policiais desviados para funções em escolas estaduais não contam com qualificação mínima para o trabalho em Educação. A responsabilidade sobre crianças, adolescentes e jovens não se resume a vigiá-los; não por acaso, a formação de educadores e educadoras se dá ao longo de anos, instrumentalizando para a atenção a aspectos biopsíquicofísicos dos indivíduos que ajudarão no futuro. No Brasil, o ofício é ininterruptamente atacado justamente por constituir forte desafio a interesses autoritários; educadores(as) amparam indivíduos em formação não somente estimulando suas inteligências cognitivas, mas conduzindo-os e auxiliando-os a desenvolverem suas inteligências emocionais, suas sensibilidades, suas formas de comunicação, suas formas de se fazerem presentes no espaço coletivo.

O seu contrato é de dois anos, no caso?

Major - O contrato é de dois anos, encerrou agora em dezembro. Já estou fazendo novamente os exames, nós precisamos passar pela bateria de exames novamente a cada dois anos, vamos passar pelo setor de psicologia de novo, teste físico, para ver como está a cabeça nossa, eu acho que a cabeça tá boa ainda (risos). Depois de dois anos, eu acho que ainda dá pra conseguir ficar firme aqui, nessa empreitada aí.

E sobre a parte disciplinar: você tem quantos policiais, como funciona?

Major – Nós temos, no total do nosso efetivo, nós temos 15, mas desses 15, tem um que é só setor administrativo, tem um que é só setor financeiro, tem outros dois que cuidam da parte das fichas dos alunos, então nós temos em torno, aqui, de oito policiais diariamente para cuidar do disciplinar, são quatro no período vespertino e quatro no período

matutino, e os policiais que trabalham na parte administrativa. No intervalo eles saem também para o corredor e, se é necessário também, eles atuam, então nós temos em torno de quatro para cada turno para cuidar das salas de aula, questão disciplinar...

Sobre este ponto, o retomaremos para considerá-lo junto às respostas de famílias e dos(as) estudantes no tocante à presença de policiais armados no ambiente da escola.

Vocês seguem o regimento geral do comando que é o mesmo que vem nas agendas?

Major– *É, nós temos a nossa agenda, então o nosso regulamento é próprio, ele é interno, ele classifica o aluno desde o comportamento até as punições, então ele tem tudo lá já descrito nesse nosso manual e o aluno tem que seguir, ele sabe todos os seus direitos e também todos os seus deveres. De acordo com as punições que ele toma no dia a dia – “ah, ele não fez a atividade”, é lançada [a punição] numa ficha eletrônica de cada aluno. Essa ficha o pai acompanha através do login e senha; é como se fosse o ‘palma da mão’ nas outras escolas, mas o nosso é próprio, e esse ano nós vamos inovar mais um pouquinho: nós vamos colocar todas as atividades dos professores do dia, para que o pai acompanhe, [para] o pai ver lá, “atividade de português: isso e isso”, “matemática: isso e isso”, para o pai acompanhar e para o aluno não alegar desconhecimento, e nem o pai alegar desconhecimento.*

É tudo contado ponto, se ele não fez a atividade ele cai um pontinho, ele começa com oito, se ele não tiver nenhuma punição ele vai subindo até chegar ao “excepcional”, mas se ele tiver punição, ele vai descendo até ele chegar no “incompatível”. Quando chegar no “incompatível”, a gente reúne o Conselho e expulsa o aluno do colégio. Mas o setor disciplinar tem funcionado bem, eu acho que o pedagógico só vai funcionar bem se o disciplinar funcionar bem, então esse respeito que o aluno [tem], essa mudança de comportamento do aluno em sala de aula, vai refletir lá no resultado daqui dois anos, com certeza, eu até te digo que as outras escolas são muito mais heroínas do que a nossa, porque eles não têm esse suporte que nós temos, com o militar pra dar esse apoio, porque o militar não é pra dar aula, ele é simplesmente para dar o apoio ao professor, e o professor, obviamente, vai se sentir mais valorizado, ele vai estar mais estimulado e ele vai dar aula mais tranquilo, e ter mais vontade de realmente ensinar o aluno.

O processo acontece [de modo] um pouco demorado, o IDEB aqui, você é da cidade sabe disso, é muito baixo, dessa escola aqui [é] baixíssimo, no SAEGO nós tivemos um avanço

enorme na proficiência de português e matemática: nós éramos 3.354 na escala da regional, salvo engano; na escala da secretaria saltamos para 68 e alguma coisa! Nesse sentido, no Saego do ano passado, no IDEB, nós estamos apreensivos, aguardando, eu acho que em março ou abril deve sair. Era 5.1, baixíssimo, mas a escola que tem ensino médio é diferente das demais, mas nós traçamos uma meta para atingir pelo menos 6, eles acham que eu sou louco, mas nós vamos conseguir, mas a gente tem que traçar meta em tudo na nossa vida, né?, e nós vamos conseguir, tenho fé nisso, e se não conseguir nós vamos lutar para, nos próximos anos, a gente conseguir.

Mas nós evoluímos bastante em relação ao ensino, aqui nós incrementamos aula de quinta-feira no ano - ano de IDEB, né? -, [aula] de português e matemática para os nonos e terceiros anos; os alunos são um pouquinho acomodados, mas a gente insiste para ele vir (porque é realmente voluntário, não pode forçar porque é no contra turno, no turno noturno), mas nós fazemos de tudo, a gente dá muita premiação para o aluno pra ver se eles [se] interessam mais, ou seja: o aluno só reprova se quiser também, [porque] que temos as avaliações de todas as formas. Nós temos um processo que ajuda muito o aluno, aí, o que eu coloco na cabeça dos nossos professores é que nós não podemos fazer da prova uma punição, nós temos que fazer com que o aluno realmente aprenda, agora, na hora da prova, pôr marcação em cima do aluno, nós não queremos isso de maneira alguma; nós queremos que o aluno saia daqui realmente sabendo, não importa a forma que ele aplicou aquela prova lá, é lógico que tem que testar o aluno.

Reiteramos, aqui, a falta de espaço para a criatividade, para a construção coletiva de soluções, para o debate, para a busca de consenso, para o fortalecimento do direito de se apresentarem ideias, de tomarem contato com pontos de vistas diferentes, e, pensando sobre eles, terem o direito de chegarem até a uma terceira ou quarta ou quinta possibilidade. Chama a atenção a falta de espaço para a descoberta do diferente, para a descoberta e a boa convivência com a alteridade, em última instância.

Eu tenho ouvido muito sobre a sua gestão, que você é “muito humano”. Você consegue me definir como é seu tratamento com o professor e com os alunos, diferente de outros colégios militares, que são mais “firmes”?

Major – Não, é que a pessoa tem a visão de colégio militar que nós vamos militarizar o aluno, e a intenção não é militarizar, a intenção é nós aplicarmos a nossa base curricular mesmo do comando de ensino. Nosso currículo é um pouco diferente, porque nós temos “cidadania e civismo”, e o que nós queremos colocar no aluno, e eu passo para os meus militares - porque eles vieram de rua e que, nem todos eram instrutores de academia como eu fui, e outros foram aí instrutores, ou vieram de rua, então lá, talvez o tratamento com o ser humano na rua é diferente -, “nós não podemos, nós temos que tirar essa questão do militar estar tratando o aluno dessa forma”, então eu peço a eles para ter um olhar pedagógico ao tratar esse aluno; nós, antes de tirar o aluno daqui, antes eu faço uma triagem, faço o pessoal investigar quais são as razões porque o aluno caiu de rendimento, e quais são coisas que podemos fazer, então eu costumo chamar muito os alunos aqui, [aqueles] que estão com algum probleminha, tem alunos que pensam em suicídio, e [se] abraçar ele e falar: “abre os braços, me dá um abraço aqui e vamos discutir o que que está acontecendo”, [se] o aluno ele é bom e, de repente, ele cai, o rendimento dele, esse olhar pedagógico pra descobrir, de repente ele, olhar esse lado humano... Eu tenho três filhas e duas netas, eu sei as dificuldades que elas passam como adolescentes, e fui adolescente, e tem dia que eu estou com o nervo à flor da pele, e nós temos que ter um olhar diferenciado para esses alunos mesmo, então eu procuro abraçar, conversar com cada funcionário, ver o que que está acontecendo, porque professor, no Brasil, ele ganha muito mal, deveria ganhar bem, então nós sabemos que o professor, com dois mil reais [de remuneração] pra vir pra sala de aula, e pro estado é muito mais tranquilo ele pagar um professor [em] contrato [temporário], que ele não tem vínculo nenhum no futuro com ele, e dar dois mil, dois mil e quinhentos, pra ele vir aqui com a carga aí de 28 aulas semanais, é desumano! Quer dizer, já está muito sacrificado, e você ainda vai trata-los mal? Então, nós temos que tratá-los bem. Agora, nós não podemos perder a nossa rigidez, a gente não pode deixar de mostrar nossa ternura, [deixar] ir embora; a gente tem que ser rígido, mas não deixar a ternura ir embora.

Quais são as suas perspectivas para esse seu próximo ano e, futuramente, para este colégio, para o crescimento tanto pedagógico quanto o crescimento do colégio em si, do grupo de efetivos e tudo?

Major – Bem nosso pensamento é evoluir mais ainda, principalmente na questão pedagógica. Na estrutural, nós vamos caminhando a passos lentos, aí. Nossa perspectiva é que nós possamos alcançar um IDEB melhor, se Deus quiser, de 6 pra cima, nós

queremos estar qualificando mais nossos professores, trocando eventualmente alguns professores que não estão correspondendo, e isso não depende só da gente, porque nós temos que abraçar aquele que o Estado manda pra gente, eu digo - é até ruim falar isso daqui, o que eu falar aqui até pode me comprometer -, mas, às vezes, o pior inimigo que nós gestores temos é o próprio Estado, porque nós queremos escalar o nosso time, mas ele fala, “não, você vai escalar fulano e fulano porque ele passou no processo seletivo”, e ele está lá, como primeiro colocado, e você tem que pegar, e às vezes “aquele monte de certificado”, como se diz de alguns professores, pra nós não dá, não influenciam em nada, talvez um só [bastasse], mas [se] ele é bom operacional, pra nós ele é importante. Digo às vezes, até, que muito diploma não encurta orelha, a pessoa tem que ser bom naquilo que faz, então nós temos professores aqui excelentes, posso até me referir ao professor Renato, aqui, que se você colocar ele em qualquer disciplina ele desenrola, se colocar ele pra dar ordem unida para o aluno, que é coisa de militar, ele vai desenrolar, porque ele é bom, não é porque ele é formado nessa área não, ele não é formado na área militar, mas é excelente; nós esperamos, assim, alcançar esse objetivo de melhorar nosso quadro de funcionários. Não que os nossos estejam ruins, mas pelo menos qualificar, dar mais alguns cursos de formação, alguma coisa desse tipo.

Mas a principal meta é elevar o colégio a nível superior a 6, aí, no IDEB. Tudo que eu pego, eu abraço, e eu tenho a certeza que nós vamos conseguir isso aí com o apoio, principalmente, do professor, porque sem o professor pode fechar a escola, o militar não dá conta nem de começar ou iniciar essa escola aqui.

De modo similar, foi empreendida uma entrevista com a coordenadora responsável pelo nível médio, que é ofertado no turno matutino, professora Maria Rosa, em 12 de maio de 2020. Reproduzo na íntegra a conversa.

Me fale sobre a sua história no colégio Dr. Negreiros.

Professora - Minha história no Dr. Negreiros é bem longa, porque eu fui aluna naquela escola. Fui aluna da escola, e daí ingressei como professora, e depois de muitos anos como professora, quando a escola foi militarizada, há dois anos atrás, eu recebi o convite pra ser coordenadora pedagógica, e aceitei. Foi quando me ausentei da sala de aula pela primeira vez. Sou professora de ciências e biologia, formada em biologia pela Universidade Católica de Goiás, e sou mestre também, né, em ciências ambientais, pela

PUC Goiás, e [de repente me vi na] nova na função de coordenadora pedagógica. Pra mim é um desafio, porém é um desafio que me faz sentir emoção e amor pela minha profissão, eu gosto.

Quantos militares exercem a função disciplinar no turno que você coordena?

Professora - Nós temos 1 militar que trabalha com a disciplina “Nação e cidadania”. Temos o subtenente Odevar, que é o comandante da coordenação disciplinar; nós temos a tenente Ana Lúcia, que faz esse trabalho juntamente com ele. A sargenta Rosana, que é a professora que trabalha com a disciplina que eu falei, e são esses.

Quantos professores efetivos e quantos professores em regime de contrato temporário trabalham no seu turno?

Professora - a maioria, vou deixar claro, são contratos. Efetivos, eu acho que eu tenho em média de 80% contratos e 20% efetivos.

A resposta evidencia a falta de recursos humanos. A questão é antiga pauta de reivindicação de educadores de todo o País; até mesmo na capital, que tem um dos IDHs mais altos dentre as unidades da Federação, a falta de professores e a precarização de vínculos e de salários por meio do artifício da contratação temporária tem proporções muito maiores que as que seriam aceitáveis.

Qual o número, em média, de alunos a sua escola atende no seu turno e qual etapa?

Professora - Ensino médio. Eu tenho em média, hoje, acho que 505 (quinhentos e cinco) alunos.

Que tipo de alunos o CEPMG Dr. Negreiros pretende formar?

Professora - Um aluno disciplinado, comprometido e um cidadão ético.

Quais são as estratégias que a escola utiliza para alcançar esse objetivo?

Professora - A principal estratégia, hoje, do CEPMG Dr Negreiros é a melhoria na qualidade da aula, é o compromisso do professor em relação à sua aula, em relação ao cumprimento do currículo, à qualidade dessa aula, além de um relacionamento educado, um relacionamento ético.

Você considera o ensino do colégio com uma abordagem conservadora? Explique.

Professora - *É conservadora sim, é uma abordagem conservadora, principalmente porque nós temos a doutrina militar lá dentro. Então, até pela vestimenta a gente percebe; pela exigência de cor de esmalte, tipo de maquiagem, brincos, então é conservadora.*

Quais são as principais regras do colégio que os alunos precisam atender, no geral?

Professora - *Uniforme é sempre: obedecer ao dia daquele uniforme, se é farda, se é agasalho, e sempre limpo - tem que estar bem passado; o professor sempre tem que ser bem respeitado, o aluno tem o horário para se dirigir à licença. As normas são bem claras e bem rígidas. O aluno tem que fazer a apresentação do professor, e essa apresentação tem que ser feita.*

O que acontece com os alunos que não seguem as regras escolares?

Professora - *Esse aluno, primeiramente, eles são orientados na Divisão Disciplinar; depois, eles são advertidos, os pais são chamados, e - a gente nunca chegou a esse ponto -, mas pode chegar a convocar o Conselho e o aluno ser convidado a se retirar da escola.*

Qual a rotina escolar que existe? Essa rotina pela manhã, com hino nacional, existe?

Como é? É diária?

Professora - *É diária. Todos os dias os alunos entram pelo portão da quadra, fazem a formação militar, cantam o hino, e depois se dirigem em fila para as suas salas.*

Isso leva, em média, quantos minutos?

Professora - *15 minutos. Todos os recados são passados para esses alunos lá na quadra, pelo militar.*

Que pontos positivos que o modelo do CEPMG demonstra na formação dos alunos?

Professora - *O principal ponto que eu vejo é em relação à disciplina: o professor tem um apoio que é o policial, ele, é como se o aluno, ele tivesse - como que eu vou dizer? -, ele respeita o professor, mas ele sabe que tem um policial ali que vai chamar a atenção dele se ele infringir as normas pedagógicas, então o policial anda nos corredores, se o policial percebe que a sala está barulhenta, ele passa na porta, então a disciplina leva a uma melhoria na qualidade pedagógica muito grande.*

O progresso vertiginoso dos últimos 20 (vinte) anos traz em seu bojo inúmeras contradições. Ao tempo em que os discursos oficiais clamam por “segurança”, a criação de funções gratificadas para o efetivo que é deslocado para as escolas significa verdadeira sangria para os cofres públicos, e retira de sua função policiais concursados e treinados para trabalhar pela segurança dos cidadãos. Recorrendo novamente às pesquisas que embasam este trabalho, vemos que (ALVES, TOSHI & RÊGO FERREIRA, 2018):

Quadro 2: Funções Comissionadas para os Colégios da Polícia Militar em 2013

Denominação	Valor por 2 turnos	Quantitativo		Total
		2 turnos	3 turnos	
Diretor	2.000,00	0	11	11
Vice-diretor	1.600,00	0	11	11
Chefe Administrativo-Operacional	1.200,00	33	33	66
Auxiliar Administrativo-Operacional	800,00	154	22	176

Fonte: ALVES, TOSHI & RÊGO FERREIRA, 2018

Os dados demonstram que a transferência das escolas públicas de Goiás para a Polícia Militar não gera economia, nem mesmo otimização de recursos humanos. Ao contrário, cria um “cabide de empregos” para policiais já reformados, aposentados, e outros ainda na ativa, mas que são lotados em instituições muito diversas dos locais nos quais esses profissionais deveriam estar, a saber: garantindo a segurança das cidades.

É preciso evidenciar as discrepâncias entre o atendimento do poder público às escolas públicas do Estado e o tratamento especial destinado aos colégios militarizados:

Seria justo comparar as condições de funcionamento das escolas estaduais e dos colégios militares? Nesse aspecto convém destacar que as efetivas condições de funcionamento dos colégios militares são muito distintas das escolas estaduais: possuem excelente infraestrutura física, que mantém com as taxas que recebem dos familiares; contam com um substantivo reforço de pessoal, com altas funções gratificadas, para administrar e cuidar da disciplina; têm poder de administrar a permanência ou não dos alunos. Enquanto isso, as escolas estaduais convivem com a precariedade da infraestrutura, a falta de pessoal. Assim, a um pequeno grupo, o dos colégios militares, é garantida uma educação pública diferenciada, enquanto a maioria da população convive com a precariedade da escola e o abandono do poder público (ALVES, TOSHI & RÊGO FERREIRA, 2018, p. 284).

Figura 4 - Imagens do CEPMG Dr. Negreiros



Fonte: Página Oficial do Colégio: Disponível em:
https://www.cepmgdoutornegreiros.com.br/?page_id=65. Acesso em 16 nov 2020

Tal discrepância pode ser confirmada no depoimento prestado pelo diretor do CEPMG:

Uma coisa que é muito criticada nos colégios militares é a questão de cobrar para o aluno estudar e, em contrapartida, os colégios militares sempre defendem e resguardam e justificam [que] essa verba [é] para a melhoria da escola. Aqui, no colégio Dr. Negreiros, a gente viu que nesses últimos dois anos o colégio mudou muito a cara, e aí eu gostaria que você falasse um pouco mais sobre esse uso das verbas, sobre o que

já foi feito e o que você gostaria que melhorasse ainda, no colégio, com essas verbas que você vai arrecadar nesse ano.

Major – Tá, nós temos aqui um mil e setenta e nove alunos; em torno de quarenta por cento a cinquenta [por cento deles] contribui. A gente não usa o termo “pagamento”, é uma contribuição, ai fala: “ah, mas na hora da matrícula, mas tem a agenda, tem a camiseta do GINCON, tem uma carteirinha de estudante que é obrigatória”, a questão do pagamento realmente não vai ser obrigatória, eu até respondi a um documento nesses dias para o Ministério Público, questionando a questão desse pagamento, entre aspas – que, na verdade, é uma contribuição -, eu respondi que nós temos mil e setenta e nove alunos, quinhentas a quatrocentos e cinquenta, mais ou menos, contribui, ou seja: não é “pagamento”, é contribuição, porque se fosse pagamento eu teria as mil e setenta e nove pessoas pagando, e esse ano é oitenta reais, mas a pessoa chega e pede se pode contribuir com trinta, ótimo!

Bom, é tudo revertido para o colégio, sei lá, para nossa comunidade. Nós tínhamos dois banheiros e tinha quatro vasos, [apenas] três funcionando, para quinhentos e oitenta alunos, quinhentos alunos por turno, era uma coisa até desumana, não tinha condição! Já construímos - só este ano e está quase pronto - um banheiro com quatorze metros de comprimento, com dez vasos, vai ter ducha de higiene, para as meninas, hall de entrada, tudo isso, quer dizer: com esse dinheiro, vai ser mais de duzentos mil só [para] esses dois banheiros ficarem prontos; nós investimos na nossa cozinha, que não existia, era totalmente (desculpa a expressão) mas era “lixosa”, pessoal chegava dava nojo da nossa cozinha, não por questão de gestão passada, porque realmente não tinha condição.

O Estado faz a parte dele, mas faz a parte dele bem pouco, então não tem como. Nós fizemos a cozinha, nós fizemos mais quatro salas de aula com ar condicionado, duas no piso superior, também cobertas, nós fizemos toda a pintura do colégio, vamos agora reformar toda a quadra nossa. Colocamos mais de trinta [unidades de] ar condicionado, nós estamos com um problema sério, agora, na questão de energia: não está dando para suportar, mas nós evoluímos muito!

A sala dos professores, nós fizemos uma sala digna, porque estava terrível, caindo aos pedaços; quando nós chegamos aqui, estava chovendo dentro da sala de aula, nós tivemos que trocar todo o telhado.

Se for olhar com o investimento que nós conseguimos, com a contribuição e com a contribuição dos pais, se for estornar isso daí, não dá 30% do que ele gasta pra contratar os policiais de rua de volta. Porque, realmente, com essas reformas você sabe bem que a gente gasta muito, qualquer licitação que a gente faz aí de um telhado, a gente chega a licitação de cento e cinquenta mil reais, [e] a gente faz esse telhado com cinquenta! É um absurdo, é ruim até falar, mas você fiscaliza? Não. Mas é que o processo é feito dessa forma... Então, se o governo confiasse mais no gestor da escola e passasse diretamente o dinheiro para o gestor, para essa conta aí, renderia muito mais, com certeza, na qualidade, mas nós estamos evoluindo, pretendemos colocar Datashow nas salas, futuramente, não sei se é uma evolução,

porque as outras estão todas assim, né, colocar vidro nas portas, elas estão todas na porta de aço ainda, trocar piso, a nossa biblioteca não é uma realidade ainda, porque nós não temos, vamos dizer que nós temos um arquivo de livros, ali, que não é uma biblioteca à altura que colégio militar merece, mas nós vamos evoluir, se Deus quiser.

Figura 5 - Imagens do CEPMG Dr. Negreiros



Fonte: Página Oficial do Colégio: Disponível em:
https://www.cepmgdoutornegreiros.com.br/?page_id=65. Acesso em 16 nov 2020

Indagada sobre as diferenças percebidas no colégio antes e depois da militarização, a coordenadora apontou o fator financeiro:

O que difere o CEPMG de outro colégio estadual?

Professora - Eu acho que o que difere, por eu ter essa experiência do antes e do depois, é, principalmente, a associação dos pais e mestres, pela colaboração que os pais fazem com a contribuição mensal. Então essa contribuição mensal faz uma diferença muito

grande no CEPMG, em relação ao lanche, em relação a uma pequena gratificação que os professores podem vir a receber, em relação ao material de apoio pedagógico que os professores têm, à limpeza da escola. Em dois anos a nossa escola se transformou, o prédio é outro.

Figura 6 - Imagens do CEPMG Dr. Negreiros



Fonte: Página Oficial do Colégio: Disponível em:

https://www.cepmgdoutornegreiros.com.br/?page_id=65. Acesso em 16 nov 2020

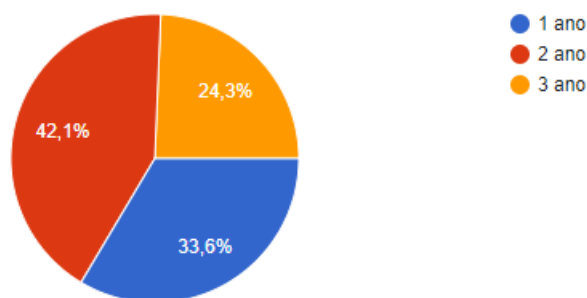
No segundo momento, a pesquisa teve prosseguimento por meio da plataforma *Google Forms*, com um questionário estruturado para os pais dos alunos e um questionário, também estruturado, para os alunos de Ensino Médio. A coordenadora pedagógica contribuiu, realizando o envio dos questionários para os grupos de ensino do *whatsapp* e da plataforma GR 8. Esta última foi uma plataforma adquirida por meio de verba advinda da APMF (Associação de Pais Mestres e Funcionários), tendo assinatura mensal paga pela escola. Todos os funcionários, a equipe disciplinar, professores, coordenadores, a tesouraria, pais e alunos, têm acesso à plataforma; porém, cada um tem acesso de acordo com a sua função. Essa plataforma dá acesso ao pai e ao aluno em tempo real, além de

informar sobre a presença e notas do aluno, bem como todas as demais informações possíveis sobre o aluno (como punições, ou avisos da escola, e outros dados).

Agora registrarei os resultados dos questionários encaminhados aos estudantes do Ensino Médio do CEPMG Dr. Negreiros. As perguntas foram realizadas/enviadas entre os dias 03 de novembro a 20 de novembro de 2020. No total, o questionário foi respondido por 152 (cento e cinquenta e dois) alunos.

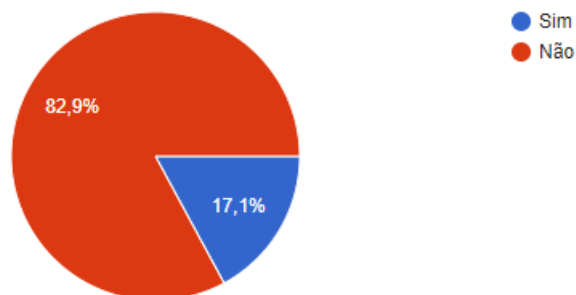
Qual sua turma

152 respostas



Você já era aluno do colégio antes de se tornar militar?

152 respostas

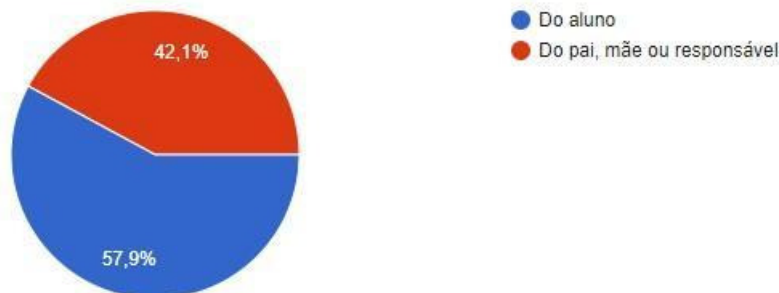


Ao observar o primeiro gráfico, percebe-se que a maioria dos alunos que responderam ao questionário não eram alunos do colégio antes deste se tornar militar, e que vieram estudar após essa transição. Fica destacado o fluxo ocorrido no final do ano letivo de 2017 para 2018, quando os pais de alunos que tinham interesse pelo novo modelo escolar, associando-o a bom desempenho de aprendizado, pediram transferência de outras escolas para matricularem os filhos no colégio militarizado. Em Nerópolis existem 4 (quatro)

colégios estaduais, e três deles oferecem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Apenas uma escola oferece apenas o Ensino Fundamental, além da segunda etapa e a modalidade EJA, no turno noturno.

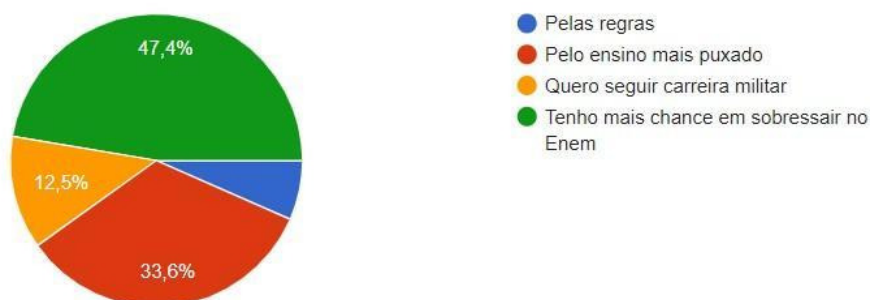
A decisão de estudar em uma instituição militar partiu:

152 respostas



Qual a sua intenção em estudar em um CEPMG

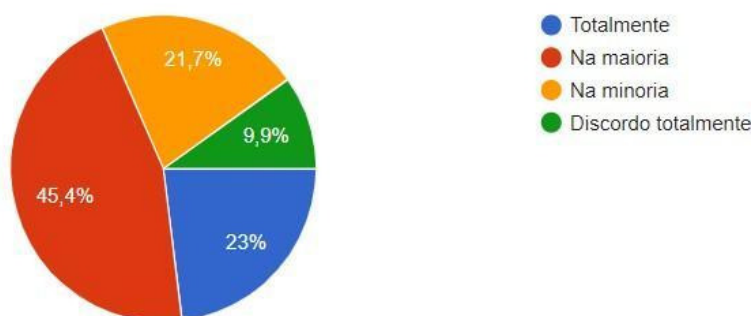
152 respostas



No gráfico acima, 6,6% dos alunos que responderam ao questionário, o que equivale a 10 alunos, desejavam viver sobre as regras do colégio militarizado. Aprofundando essa questão em específico, chegamos às respostas abaixo:

Você concorda com a rigidez do colégio militar:

152 respostas



Se somarmos o total dos alunos que “concordam totalmente” e dos alunos que “concordam na maioria das vezes”, alcançaremos um total de 68,4% dos alunos, o que corresponde a mais da metade do alunado que respondeu ao questionário. É uma parcela muito significativa de educandos, principalmente ao lembrar que todos se encontram na adolescência, fase na qual são naturais os questionamentos quanto às regras, padrões, costumes, tradições, como parte do desenvolvimento psíquico-físico dos indivíduos. No entanto, seja pela perpétua crise na educação brasileira, seja pelas revoluções recentes – tecnológicas, de sociabilidades, de costumes, etc. -, seja pela crise do sistema político e econômico e o desaparecimento de um mundo pautado na industrialização das nações, em que havia empregos, salários, etc. e a emergência de um novo cenário sem vagas, no qual várias profissões desaparecem e outras ainda estão sendo gestadas, em suma: talvez, devido à uma insegurança geral em relação a um futuro que se revela cada dia mais incerto, vemos muitos desses adolescentes e jovens escolherem uma educação baseada na adequação, na uniformização, na obediência, o que pode inibir de modo irremediável a sua capacidade de questionar.

Tudo isso, ainda que o comandante que, atualmente, dirige o Colégio admita que não tem preparação para o trabalho com Educação. Quando perguntado sobre a especificidade do trabalho em escolas, o diretor não tergiversou:

O que você me fala do pedagógico como gestor nesse últimos anos? O que você aprendeu nesses dois últimos anos na área pedagógica escolar?

Major– *É, quando eu cheguei aqui eu não sabia nem o que era PPP. Não vou mentir, não! Eu sou muito humilde em falar isso ai, eu sempre*

cheguei nos professores e falei, quem tem que dar aula são vocês. Na verdade, nós viemos para desonerar a carga dos ombros dos professores da questão disciplinar, né? É que quando nós chegamos aqui, nós encontramos a escola pixada, alunos de ensino médio - no ensino médio nós temos alunos mais arredios -, nós encontramos alunos aqui que usavam drogas, alunos que maltratavam professor, e eu fui aprendendo muito [sobre] essa questão. Discutindo com as professoras Maria Rosa e Deuseni, aprendi muito e aprendo a cada dia com elas lá. Eu tenho avançado muito nessa questão; hoje eu dou conta de discutir mais com o professor essa questão, com a área pedagógica, então, hoje eu estou mais técnico, mas [quando] eu cheguei aqui eu não era técnico da área de ensino, nunca escondi isso de ninguém, pra depois as pessoas me cobrarem. Mas a função nossa é [a de ser] gestor e, hoje, eu estou buscando aprender cada passo e ver cada vez mais como funciona a questão do professor em sala de aula, da preparação, dos planejamentos do professor, então hoje nós temos a visão melhor na questão da educação.

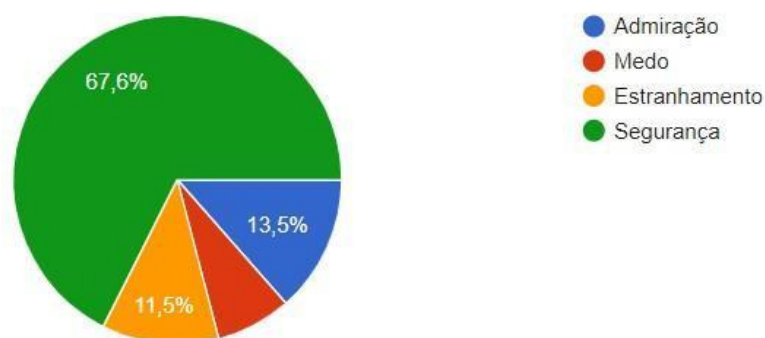
Houve a necessidade de adaptação de todas as pessoas anteriormente envolvidas no território. Segundo as palavras da coordenadora do Ensino Médio:

Qual foi o maior desafio pedagógico que você enfrentou ao se tornar coordenadora em um colégio militar?

Professora - O maior desafio pedagógico foi em relação aos alunos, não foi nem em relação aos professores. Os professores aceitaram bem, na época; [apenas] dois ou três, se não me engano, eles saíram logo na militarização, então não houve problema em relação a isso, porque eles pediram remoção. Agora, alguns alunos que resolveram ficar, e que não estavam preparados para aquele processo de transição, aí nós tivemos problemas com esses alunos. Então foi desafiador, porque o aluno não estava preparado, a família não estava preparada, e nós tivemos dificuldade de lidar com isso. Tanto na questão disciplinar como na questão pedagógica, não foi fácil. O aluno tinha dificuldade em atender as expectativas em relação às atividades, atender as expectativas em relação às aulas, porque essas expectativas, elas mudam, na medida que militariza.

Ter policiais armados andando pelo corredor te causa

148 respostas



A questão acima permite análises longas, que serão retomadas em outras oportunidades; mas não se pode deixar de notar que a existência de armas de fogo no interior de escolas, em meio a seres em formação – física, intelectual e emocional -, não surte incômodo, ou quase não surte: menos de 10% do total de estudantes que responderam o questionário admitiram ter medo dessas armas (7,4% correspondendo a 11 alunos neste contexto), e quatro alunos preferiram não responder, não assinalando nenhuma das alternativas.

Uma das causas pode ser a romantização da figura do militar, sobre a qual tratamos no primeiro capítulo. Em livros, seriados, mas sobretudo, em filmes, a figura do militar heróico ocupa mentes e corações há décadas, com pequenas variações a cada tempo. De *Rambo*¹⁸ aos filmes mais recentes¹⁹, a quantidade de militares que salvam o planeta

¹⁸ *Rambo* é uma série de filmes baseada no romance "First Blood", de 1972, escrito por David Morrell, mas que tornou-se célebre pelos filmes protagonizados por Sylvester Stallone. A série tem como personagem principal o soldado boina verde e ex-combatente da Guerra do Vietnã, John Rambo. O primeiro longa metragem estreou em 1982, e tornou o ator mundialmente famoso.

¹⁹ A lista de filmes cujo protagonista é um militar é impossível de ser reproduzida aqui. Apenas para fins de ilustração, lembramos: *Nascido para matar* (1987) Direção: Stanley Kubrick; *Platoon* (1986) Direção: Oliver Stone; *Homens de Honra* (2000) Direção: George Tillman, Jr.; *684: Unidade de Combate* (2003) Direção: Kang Woo-Suk; *Guerra ao Terror* (2008) Direção: Kathryn Bigelow (vencedor do Oscar em cinco categorias); *Sniper Americano* (2014) Direção: Clint Eastwood; *Apocalypse Now* (1979) Direção: Francis Ford Coppola; *Nascido em 4 de Julho* (1989) Direção: Oliver Stone. Para informações sobre mais filmes de relevo, recomendo a curadoria disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/os-10-melhores-filmes-sobre-traumas-de-guerra/>

Mas é importante registrar, também, a produção de filmes românticos, voltados para o público feminino, com protagonistas militares (ou ex-militares): *O Paciente Inglês* (1996) Direção: Anthony Minghella; *Top Gun – Ases Indomáveis* (1986) Direção: Tony Scott; *Desejo e Reparação* (2008) Direção: Joe Wright; *Um*

enquanto são devotadamente fiéis ao amor de uma mulher, à dependência de uma família de origem, à “Pátria” que os formou, e assim sucessivamente, supera a representação de astronautas, médicos, cientistas, e outras profissões, em larga escala.

Em sua entrevista, o diretor da unidade reforça que há a presença de efetivo armado nas dependências da escola:

(...) então nós temos em torno, aqui, de oito policiais diariamente para cuidar do disciplinar, são quatro no período vespertino e quatro no período matutino, e os policiais que trabalham na parte administrativa. No intervalo eles saem também para o corredor e, se é necessário também, eles atuam, então nós temos em torno de quatro para cada turno para cuidar das salas de aula, questão disciplinar...

Ao que acrescenta:

Major– É, nós temos a nossa agenda, então o nosso regulamento é próprio, ele é interno, ele classifica o aluno desde o comportamento até as punições, então ele tem tudo lá já descrito nesse nosso manual e o aluno tem que seguir, ele sabe todos os seus direitos e também todos os seus deveres.

É tudo contado ponto, se ele não fez a atividade ele cai um pontinho, ele começa com oito, se ele não tiver nenhuma punição ele vai subindo até chegar ao “excepcional”, mas se ele tiver punição, ele vai descendo até ele chegar no “incompatível”. Quando chegar no “incompatível”, a gente reúne o Conselho e expulsa o aluno do colégio. Mas o setor disciplinar tem funcionado bem, eu acho que o pedagógico só vai funcionar bem se o disciplinar funcionar bem, então esse respeito que o aluno [tem], essa mudança de comportamento do aluno em sala de aula, vai refletir lá no resultado daqui dois anos, com certeza, eu até te digo que as outras escolas são muito mais heroínas do que a nossa, porque eles não têm esse suporte que nós temos, com o militar pra dar esse apoio, porque o militar não é pra dar aula, ele é simplesmente para dar o apoio ao professor (...)

Quando se trata da representação de professores precisamos redobrar a atenção. A principal forma de os apresentar são em dramáticas histórias de “superação”. Mas, raramente, professores são “heróis” na indústria cinematográfica e televisiva. Muitos dos filmes dedicados aos mestres apresentam enredo semelhante: uma escola de subúrbio decadente, jovens em vias de se tornarem criminosos (mas já marginalizados), prédio quebrado, sujo, pixado; e a determinação de esse(a) educador(a) recuperar aquela comunidade. Uma rara exceção pode ser conferida sob o título: “Mentes Brilhantes”. Baseia-se na história real de um ganhador do Prêmio Nobel, mas para mostrar sua

Homem de Sorte (2012) Direção: Scott Hicks; *Sob o Mesmo Céu* (2015) Direção: Cameron Crowe; entre muitos outros.

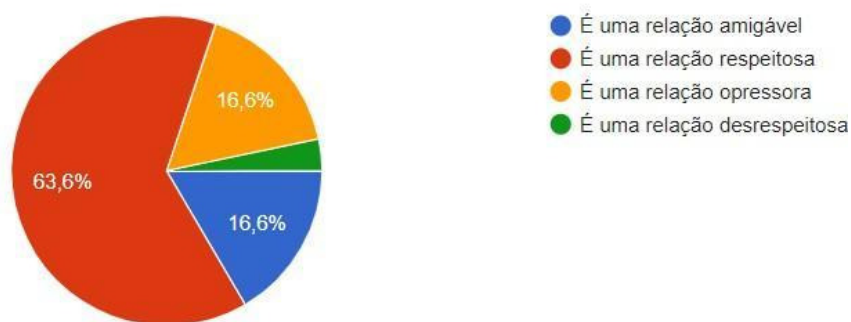
esquizofrenia. Não há tempo para análises mais aprofundadas dessas representações sociais; mas, para ficarmos na camada mais superficial de uma interpretação, o filme não deixa de passar a imagem, para o público, de que uma inteligência muito privilegiada pode ser (ou levar à) loucura.

Se somarmos as obras que fazem essa ode aos militares àquelas que, igualmente, incensam policiais incorruptíveis, aí chegamos a uma quantia astronômica, verdadeiramente assustadora. Platéias de todos os continentes são adestradas para “amarem” militares e policiais. Não para questionarem a necessidade de força bruta contra alguns grupos sociais; não para questionarem as desigualdades sociais, que são a origem de todos os crimes; não para se indignarem frente à concentração de riqueza, ao parasitismo do capitalismo financeiro, ao parasitismo de famílias bilionárias, de herdeiros inconcebíveis, de conglomerados econômicos que hiperexploram países, ou para deterem os sistemas que se pautam na destruição do planeta, extermínio de espécies animais, e estrangulamento das condições de vida de milhões de pessoas; platéias do mundo inteiro são, desde crianças, expostas à narrativa dos soldados infalíveis, e de policiais altruístas, que se sacrificam “pelo bem e pela ordem”.

Nessa lógica, 13,5% dos estudantes sentem “admiração” por policiais militares armados nos corredores e outras dependências da escola; e uma maioria esmagadora, 67,6% desses indivíduos saídos há pouco da infância se sentem “seguros”.

Qual a relação do coordenador disciplinar com os alunos

151 respostas



Novamente, uma minoria assume desconforto em relação à essa “equipe disciplinar” que os policiais militares constituem. Apenas 3,3% deles (o que corresponde a 5 alunos) responderam ser uma relação “desrespeitosa” do coordenador de turno para com os alunos; mais 16,6% reconheceram ser uma relação “opressora”. A soma não alcança 20%

do total. Mas um quinto dos estudantes das escolas militarizadas são “incompatíveis” com o sistema, se recorrermos ao termo utilizado pelo Major Paulo Sérgio em sua entrevista. Lembremos, ainda, das palavras do próprio entrevistado: “*eu nem pensava em educação, nós nem pensávamos em trabalhar na educação*”...

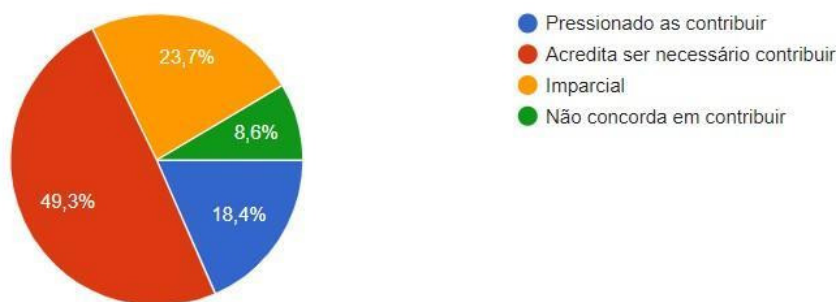
Apesar do desconforto, a coordenadora também relata certa dificuldade na adaptação cotidiana:

Como você descreve o relacionamento deles com os alunos, em comparação com o professor.

Professora - É um relacionamento diferente; o relacionamento do professor com o aluno é um relacionamento mais aberto, e o relacionamento do policial com o aluno... Pela doutrina que o policial recebe durante a sua formação, ele é totalmente diferenciado. Mas eles são abertos à orientação pedagógica também. Então, eu vejo que esse grupo que nós temos na escola, eles conseguem conversar com os alunos, os alunos às vezes têm algum problema, eles se abrem com eles. Eles são, assim, a abertura que o professor tem para falar com o aluno é diferente da abertura do policial, porque são doutrinas diferentes, mas eles conseguem enxergar o aluno como ser humano.

Sobre a contribuição escolar, você se sente

152 respostas



Conforme o relato do Major Paulo Sérgio na entrevista, o valor solicitado para a contribuição mensal da escola é de R\$ 80,00. Podemos perceber que quase metade dos estudantes que responderam concordam em contribuir, mas a outra metade, de alguma maneira, não se posiciona a favor.

Sobre as aulas durante a pandemia, você considera

152 respostas

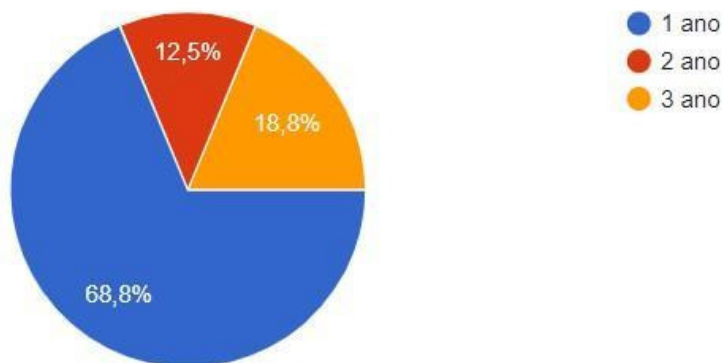


O gráfico demonstra que 60% dos alunos se julgam sobrecarregados e/ou simplesmente não conseguem acompanhar as aulas via plataformas virtuais. Neste momento de pandemia, a dificuldade pode resultar em evasão escolar.

As perguntas também foram enviadas para os pais, porém, constatei uma participação bem menor que a dos alunos: apenas 32 (trinta e dois) pais retornaram.

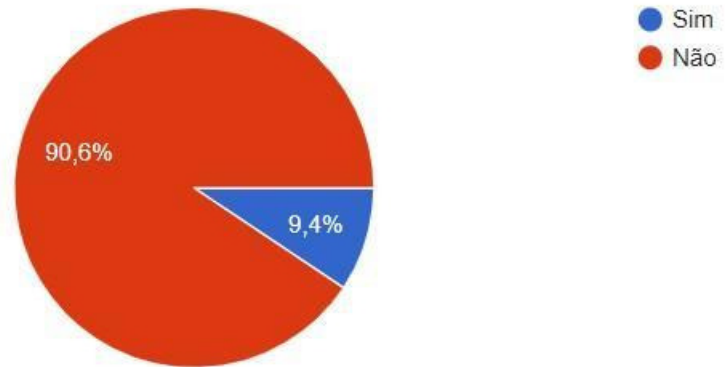
Qual a turma do seu filho

32 respostas



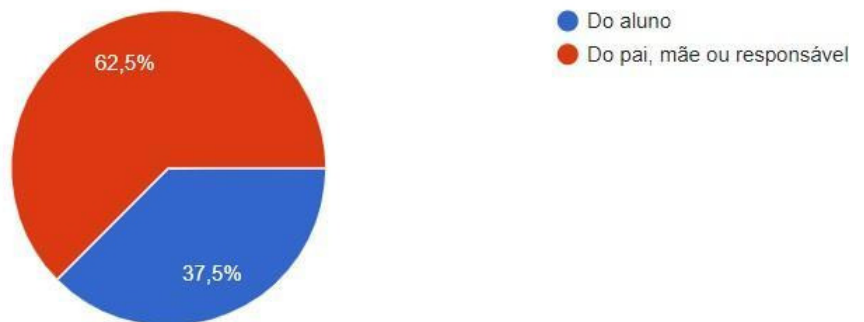
Seu filho já era aluno do colégio antes de se tornar militar

32 respostas



A decisão de estudar em uma instituição militar partiu

32 respostas



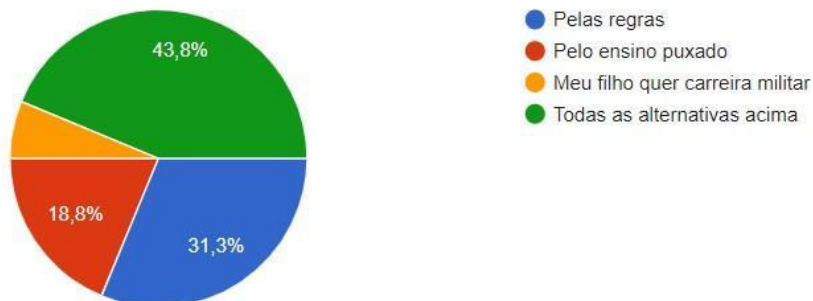
Você concordou na audiência pública que propôs a transformação do colégio Dr Negreiros em colégio militar

32 respostas



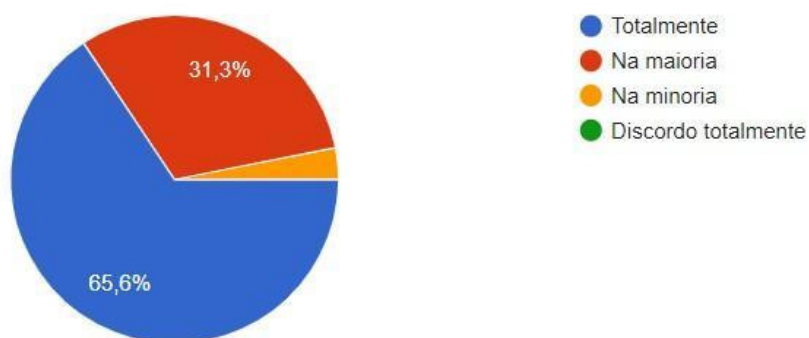
O que te motivou a matricular seu filho em um CEPMG

32 respostas



Você concorda com a rigidez do colégio militar

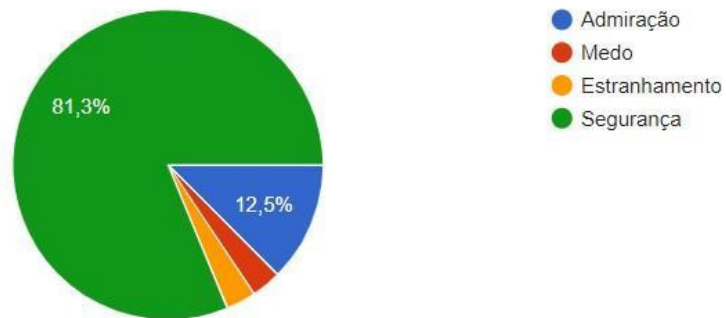
32 respostas



Na questão acima, nenhuma das respostas assinalou “discordo totalmente”, o que ainda se percebia em algumas respostas de estudantes.

Ter policiais armados andando pelo corredor te causa

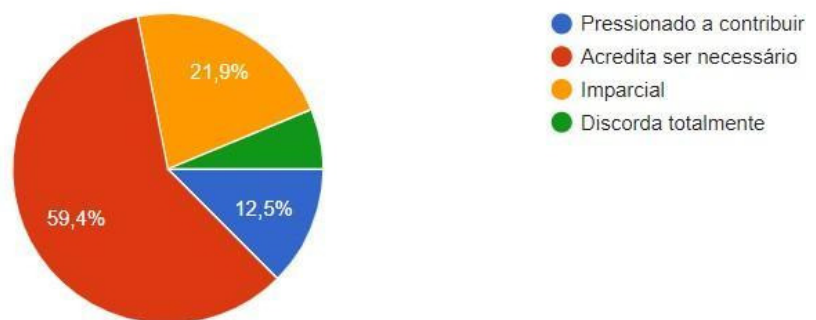
32 respostas



Novamente, a naturalização da presença de armas de fogo em meio a centenas de adolescentes e jovens, e de modo até mais vertical: mais de 93% dos pais apoiam totalmente o porte de armas pelos policiais junto a seus filhos.

Sobre contribuir, você se sente

32 respostas



Sobre as aulas durante a pandemia

32 respostas



Ao compararmos as respostas do gestor com as da coordenadora e, por fim, as obtidas via questionários, depreendemos alguns aspectos a serem enumerados: policiais e profissionais de educação concordam que existem diferenças profundas nas formas de postura e relacionamento, específicas do treinamento militar, em contraste com as práticas históricas nas escolas. Nenhum dos dois entrevistados aprofunda que diferenças são essas, como se traduzem quotidianamente, e, principalmente, as causas da “necessidade” de “seriedade”, “rigidez”, “distanciamento” aprendidos (e reproduzidos) por policiais.

A Constituição Federal de 1988, para fins de ilustração, reza, em seu artigo 144, V, que *a Polícia Militar é um dos órgãos responsáveis pela segurança pública, sendo o seu papel exercer a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública* (art. 144, § 5º). O parágrafo 6º do mesmo artigo dispõe que: *as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios*. Ademais, o artigo 42 da Carta Magna expressa que: *os membros das polícias militares e corpos de bombeiros militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, caput* dado pela Emenda Constitucional nº 18, de 05/02/1998 (BRASIL, 1988).

“Policimento ostensivo” significa intimidação de contravenções penais nas ruas. O órgão deve zelar pela segurança interna por meio de policiamento ostensivo e repressivo, com técnicas e armamentos próprios (mormente não-letais), que lida diretamente com o cidadão. Para uma função que se desenvolverá por todo o seu tempo em ambientes de violência, e de modo violento, valores como empatia, compaixão, sensibilidade, apreço pela reflexão, compartilhamento, união e outros precisam, obrigatoriamente, ser abandonados. Há uma brutalização do indivíduo no preparo para “a guerra nas ruas”. Os traços citados, dentre tantos outros necessários à formação na escola, são vistos, em ambiente militar, como “fraquezas”.

Esta uma primeira incompatibilidade que ambos os lados parecem preferirem ignorar. Docentes, por sua vez, exauridos pela desvalorização da profissão, pelos baixos salários, pela falta de respeito da comunidade, pela falta de condições para desenvolvimento de seus ofícios de maneira apropriada, foram convencidos de que os policiais vieram “desonerá-los” da tarefa de “educar” os adolescentes e jovens, de ensinarem a “respeitar”

os professores, os mais velhos, os mais graduados que eles (afinal, na escola, os estudantes são os não-graduados).

O que se esqueceu é que é do Estado a obrigação de: contratar mais professores, de modo que os que existem não sejam sobrecarregados com muito mais turmas que o adequado; contratar profissionais de apoio, como monitores, estagiários; além de mais funcionários para as inúmeras necessidades, dentre elas, a de segurança da escola e de seus estudantes. Todos esses funcionários, civis. Formados para atuarem em escolas e não desviados dessa maneira da área de segurança pública para o ambiente escolar.

Por outro lado, muitos dos trechos da entrevista com o gestor denotam boa vontade. Ao menos por suas falas, os policiais reconhecem a centralidade da atividade docente, a presença e importância dos professores como “coração” mesmo das escolas. Transparece um esforço de “humanização”, como no relato sobre abraços, ou na apropriação da frase do revolucionário Che Guevara, *hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás*. Não poderemos saber se há consciência do oficial sobre a origem desse pensamento, tão frontalmente contrastante com os ares fascistas que dominam o País; mas, sincera ou hipocritamente, existe a consciência da necessidade de um discurso que torne a figura dos policiais mais “aprazível”, compreensivos, acolhedores, aos olhos da população civil.

Há contradições, e elas se revelam. O major exulta não terem expulsado nenhum jovem, mas fala duramente sobre professores “que não se adequam”, e de como os queria substituir rapidamente, a despeito da vontade desses professores, que já estavam na escola muito antes da militarização. Acontece até mesmo um “desdém” quanto aos diplomas e certificados – o meio natural pelo qual transitam professores, pesquisadores e outros profissionais do conhecimento é, inevitavelmente, o meio onde acessam mais conhecimento; daí os certificados e diplomas “que não encurtam orelhas”. Subliminar, nesse trecho, está a preponderância da força sobre o conhecimento. Involuntariamente, o major traduz um pensamento que, infelizmente, tem se tornado recorrente: não é o conhecimento e a formação dos seres humanos o mais importante, porque a força bruta os pode aniquilar assim que quiser. Não é respeito pelos docentes em geral o que encontramos nas entrelinhas da fala do gestor; é desprezo, e quase uma advertência.

Sobre estudantes e suas famílias, confirmamos a triste percepção de que o conjunto de forças reacionárias que há muito vêm avançando sobre o País – como o fundamentalismo religioso, protagonizou a recente disputa do projeto “escola sem partido” e empreendeu

uma verdadeira força-tarefa contra as escolas, seja por meio do *lobby* para imposição do “ensino religioso”²⁰, seja no verdadeiro embate que travou contra as discussões de gênero, a educação sexual nas escolas, o ensino de história do continente africano, dentre outros avanços que se faziam urgentes²¹ -, marcaram profundamente as crenças e visões de mundo destes, tornando-os favoráveis à adoção de práticas opressoras em seus quotidianos, nos quotidianos e na formação de seus filhos, como formas de “segurança”.

Isso sem contar que o fundamentalismo religioso nos trouxe ao festival de horrores que testemunhamos, hoje. O negacionismo, a hostilidade contra as Ciências e as Artes, o obscurantismo, o atraso em inúmeras esferas – entidades religiosas estão sempre à frente de protestos contra as experiências com células tronco, que poderiam extinguir inúmeras doenças ou mesmo malformações; combatem as artes, a filosofia e a história não oficiosa, aniquilando massacres cometidos em nome do poder, impedindo o contato com narrativas não hegemônicas (como a “história dos vencidos”), e embotando as mentes das gerações; sabotam as lutas por igualdade das mulheres, aprisionando-as ao papel de escravas do lar,

²⁰ A disciplina, que existia na época da ditadura militar e sobreviveu em algumas regiões muitas décadas após a abertura do regime, sempre impôs o credo cristão, mesmo num País com mais de 50% de população negra, afrodescendente, e credora de religiões de matrizes africanas. Assim, não se trata de “ensino religioso”, mas de doutrinação cristã dentro de escolas, que devem ser espaços laicos.

²¹ O embate “Escola sem Partido” não se restringiu a um movimento de pais e estudantes, mas alcançou diversas Câmaras Estaduais e até mesmo o Congresso Nacional. O Projeto de Lei n. 7180/14 buscou alterar o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir entre seus princípios o respeito às convicções dos alunos e de seus responsáveis. Nesse caso, os valores familiares passariam a ter precedência (prioridade) sobre a educação escolar. Aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa passariam a ser tratados apenas na esfera privada (como a casa e a família) e não poderiam fazer parte do currículo escolar.

Outra mudança proposta pelo projeto “Escola sem Partido” dizia respeito a um tema bastante polêmico: o que chamavam de “ideologia de gênero”. O PL 10.577/2018, de autoria do deputado federal Cabo Daciolo (PATRI/RJ) e apensado ao PL 7180/2014, propõe que: “Ficam vedadas em todas as dependências das instituições da rede municipal, estadual e federal de ensino a adoção, divulgação, realização ou organização de políticas de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatória, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual”.

Proposta semelhante aparece no apensado PL 10.659/2018, de autoria do deputado Delegado Waldir (PSL-GO), que estabelece a “Não interferência e respeito às convicções religiosas, morais, religiosas e políticas do aluno, vedada a adoção da ideologia de gênero ou a orientação sexual”.

Houve também um projeto de lei apresentado ao Senado pelo senador Magno Malta (PR/ES). O Projeto de Lei do Senado (PLS) 193/2016 também propunha a inclusão do “Programa Escola sem Partido” nas diretrizes da LDB. Na época, o Senado Federal realizou uma consulta pública no Portal E-cidadania para saber a opinião da população sobre o projeto. Foram cerca de 199 mil votos favoráveis e 210 mil votos contrários. No ano seguinte, o senador retirou seu projeto do regime de tramitação, fazendo com que ele fosse arquivado.

engendrado por uma moral patologicamente hipócrita, que há décadas precisa ser revista e abandonada; dentre muitas outras atuações nefastas.

As diversas esferas se misturam na conformação desse mosaico que, em nenhum aspecto, é favorável a um ensino libertador, libertário, voltado para a plena cidadania e desenvolvimento das potencialidades do ser humano. A *servidão voluntária* é o que se avizinha, em pleno século XXI. No século XVI, o filósofo Etienne de La Boétie redigiu seu famoso ensaio *Discurso da Servidão Voluntária*²², após um levante popular que foi massacrado por tropas do rei, e que instituiu novo aumento no imposto sobre o sal. La Boétie pergunta, na obra, como um único tirano consegue manter sob o seu jugo milhares de homens, dezenas de cidades. Como resposta, ele chega à conclusão de que os próprios homens - por hábito, ignorância e fraqueza moral - voluntariamente se submetem à tirania. Um pequeno número deles obtém a confiança do tirano e dele se aproxima, compartilhando de seus desmandos, arbitrariedades, da injustiça de seus privilégios, e recebendo favores. Esse pequeno número de homens dispõe de seus próprios súditos, que também compartilham de seus desmandos e recebem favores. Esses súditos, por sua vez, mantêm uma série de subordinados, os quais possuem também seus próprios subordinados, numa espiral de concordância com a injustiça.

Formam-se, dessa maneira, relações de favorecimento e obediência em múltiplos níveis ou instâncias. Todas essas instâncias controlam a massa ignorante pela força e, principalmente, pela enganação das políticas de “pão e circo” e dos discursos religiosos e supersticiosos que envolvem o tirano em um manto de devoção e mistificação, naturalizando seu parasitismo. Tem-se, assim, uma rede de favores e concessões, em que um homem deve obediência a outro, numa teia cuja ponta leva, em última instância, ao tirano. Ao fim e ao cabo, os súditos são subjugados uns por meio dos outros, subjugam-se a si próprios. O tirano se mantém tirano porque os próprios súditos se mantêm servís. Nesse sentido, a servidão é, paradoxalmente, voluntária. Baseia-se no recebimento de alguma(s) vantagem(ns). Triste semelhante ao que testemunhamos no Estado de Goiás.

²² LA BOÉTIE, Étienne de. *Discurso da servidão voluntária*. Tradução de Casemiro Linarth. São Paulo: Martin Claret, 2009. Título original: *Discours de la servitude volontaire*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de esgotar tema tão complexo, a pesquisa teve por objetivo analisar aspectos relevantes da conversão do Colégio Estadual Dr. Negreiros, de Nerópolis, GO, em CEPMG – Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Dr. Negreiros, a partir de minha perspectiva de educadora da rede pública de ensino do estado e cidadã. Ao longo da investigação, confirmou-se que o processo de alteração da natureza da escola ocorreu a partir de pedido da comunidade local, e que há grande aceitação da população em cidades do interior do Estado, delineada certamente pela propaganda positiva massiva feita por instâncias oficiais e a grande mídia.

No entanto, ao aprofundar na análise de aspectos afetados pela transformação do colégio em CEPMG, chegamos à conclusão de que os argumentos que levaram à militarização do colégio são falaciosos, parciais, nunca inteiramente esclarecidos – como a profusão de novas unidades em vésperas de pleitos eleitorais, a intenção de punir docentes da rede pública que se manifestam por meio de greves, protestos, e se organizam em sindicatos para reivindicar reposições salariais e, justamente, melhores condições de trabalho, e a sobre remuneração de policiais militares, dentre outros.

Em termos pedagógicos e de cidadania, entendemos que há muitos equívocos nas expectativas criadas pela comunidade e o que novo regime verdadeiramente pode acarretar. Por motivos diversos, a noção de militarismo nunca foi profundamente debatida nacionalmente, não há a crítica do que ocorreu no período da Ditadura Militar (com grande silenciamento e distorção dos fatos pelos envolvidos, como a grande mídia), e não se problematiza as consequências para os cidadãos, em âmbito coletivo e particular, e para o País.

A partir da metodologia do “estudo de caso”, com *locus* no CEPMG Dr. Negreiros, situado na cidade de Nerópolis, Goiás, foi procedida coleta de dados por meio de análise documental e realizei entrevistas semiestruturadas com o diretor da unidade e com a coordenadora pedagógica do turno matutino, com foco no Ensino Médio. Com a emergência da pandemia, apliquei questionários com os pais e com os próprios estudantes, a partir do envio do instrumento de pesquisa pela ferramenta *google forms*, uma vez que as aulas foram suspensas por todo o ano letivo.

A investigação problematizou o avanço do pensamento conservador dentro da unidade escolar, pensamento que se legitima e é paulatinamente naturalizado por meio das ações controladoras interpretadas como “disciplinares”, e procurou algumas respostas para a questão: Qual a influência da formação militarizada, baseada no controle e disciplina, para a educação pública em Goiás? O que vimos foi o predomínio de um grande engano quanto aos fatores que verdadeiramente prejudicam a educação pública brasileira, e as escolas (mais uma vez) são bodes expiatórios de políticas que não têm como prioridade o bem estar e as necessidades da população, mas a perpetuação de poucos grupos no poder.

Expostos os aspectos já examinados por outros(as) estudiosos(as) do assunto, bem como os conteúdos das entrevistas realizadas, e as compreensões que destes conteúdos pude depreender, procuro agora realizar uma síntese a título de considerações finais da pesquisa, ciente da necessidade de mais estudos e da manutenção de meu contato com abordagens diversas, da continuidade de minhas investigações, e do fortalecimento e esforço para dar visibilidade às produções de todos(as) aqueles(as) que se dedicam a compreender o momento que atravessa a Educação brasileira neste início de século XXI.

Artigos, pesquisas acadêmicas, produções de educadores e de profissionais de áreas afins, certamente se fazem necessários não só para a documentação deste fenômeno histórico – porque singular no contexto nacional, e historicamente situado -, como também para a apreensão de informações que são importantes, hoje, e o serão no futuro, sobre as mentalidades que predominam no presente. As mentalidades são modos de pensar e de sentir dos indivíduos, numa mesma época; ao contrário do que pregam correntes essencialistas da filosofia, as mentalidades²³ são constructos históricos. Por isso a formação de crianças, adolescentes e jovens tanto importa: porque essa formação, em seus vários níveis e ambientes, estabelecerá o sistema de crenças, de valores e de representações próprios a uma época ou grupo, e suas conseqüentes formas de sentir, de compreender, de interpretar o mundo, inevitavelmente.

²³ Na disciplina História, toda uma vertente teórica e epistemológica versa sobre esses modos de pensar e sensibilidades de cada época. Denominada “História das Mentalidades”, precedeu a “História Cultural”, e conta com autores icônicos como Lucien Febvre (1878-1956), Jacques Le Goff e Roger Chartier, dentre outros. Apenas para contato introdutório: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_das_mentalidades#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20das%20mentalidades%20%C3%A9,indiv%C3%ADduos%20de%20uma%20mesma%20%C3%A9poca.

A documentação e os estudos que vêm sendo feitos abordam as disputas de narrativas estabelecidas, e o desnível persistente nessas disputas; as representações²⁴ às quais a população se encontra exposta; e, em minha contribuição, pretendendo apontar as possíveis ameaças à preservação da escola como um espaço de educação emancipatória, libertadora, voltada para a cidadania, e que abranja toda a população, sem discriminações classistas, étnicas-raciais, de gênero, capacitistas, etaristas, ou outras.

A educação brasileira foi reservada apenas à elite por bastante tempo. A universalização se deu não sem tensões, conflitos, e embates de interesses entre as classes abastadas e as classes mais pobres, quando as últimas foram finalmente contempladas num cenário mundial que não admitia mais o não-ingresso do Brasil também nessa nova era. Contudo, as crises nunca deixaram de existir; paulatinamente, os filhos da classe dominante migraram para as instituições particulares de ensino – e é importante destacar que, no Brasil, a população paga por esse privilégio: as verbas para a Educação, no país, não são destinadas apenas à educação pública, como deveriam, mas cedem às articulações dos interesses privados e abastecem com o erário público essas escolas elitistas e excludentes.

O ensino na rede pública passou a ser francamente sucateado. Numa lógica perversa, a falta de investimentos, a falta de concursos para profissionais, a falta de modernização dos espaços, equipamentos e metodologias de ensino, e uma lista infindável de lacunas, deixa entrever uma visão segundo a qual a “formação” destinada aos filhos das classes trabalhadoras pretende mantê-los subalternizados, sem condições de ascenderem aos mais altos níveis sociais, às posições de liderança, de poder, de tomadas de decisão. Em última instância, trata-se do princípio da educação tecnicista: uma formação voltada para a mão de obra, mormente braçal, em níveis subalternos de produção, sem a instrumentalização necessária para que o indivíduo progrida. Amplamente discutida nos cursos de Pedagogia em todo o País, a pedagogia tecnicista consiste numa prática autoritária, não-dialógica,

²⁴ Da Psicologia Social nos vem um conceito, amplamente utilizado na História e na Literatura (e que certamente importa para trabalharmos também na Educação), que pode ser melhor conhecido pela obra de Denise Jodelet, *As Representações Sociais – Um domínio em expansão*, disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_dominio_em_expansao ou ainda: https://www.academia.edu/34140265/Denise_Jodelet_2017_Representa%C3%A7%C3%B5es_sociais_e_mundos_de_vida_Curitiba_Ed_PUCPRes Para compreender mais, por meio de seus comentadores, recomendo ainda: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6719/4026> e https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/teoria_representacoes.pdf

na qual o aluno deve “assimilar passivamente os conteúdos transmitidos pelo professor”. Paulo Freire a chama de “educação bancária” (FREIRE, 1974). Esse viés é radicalmente diferente das pedagogias progressistas, que privilegiam a formação de cidadãos participativos e conscientes da sociedade em que vivem.

Imbricando-se nesse tecido os preconceitos raciais – a racialização da pobreza é uma realidade no Brasil –; de gênero – a maioria das mulheres são abertamente prejudicadas quanto à ascensão profissional, construção de autonomia e conquista de cargos de chefia, bem como ocupação de cargos de representatividade política e outros (e inúmeros dados e estudos comprovam esse sexismo); o capacitismo – a inclusão de pessoas com deficiência é ínfima e morosa, e não pode se restringir à construção mal planejada de rampas, mas de assertivas políticas de inclusão que permitam a formação da pessoa com deficiência, o fim da discriminação, sua inserção no mercado de trabalho, o fim de sua invisibilização, dentre outras medidas; o etarismo – como comprovam a falta de políticas públicas, e mesmo de debate público amplo, acerca do destino de idosos e idosas em todo o território nacional, frente ao abandono cada vez maior, quando não a exposição a violências físicas, psíquicas, patrimoniais, infligidas a velhos e velhas no País, a começar pelo Estado e pela falácia da Reforma da Previdência; o que vemos é uma radicalização das práticas de exclusão e hiperexploração retomadas a partir do golpe de 2016. Antes deste, por um curto período, segmentos minorizados finalmente conquistavam alguns direitos, a exemplo da PEC das Empregadas Domésticas que tanta revolta causou na classe média brasileira (a ponto de não a permitirem ser aprovada). Isso quer dizer que uma herança escravocrata²⁵ é a base do imaginário profundo brasileiro, e a elite não se exime de a demonstrar ao negar um ensino igualitário para crianças ricas e pobres, como o fazem países como a Noruega²⁶, por exemplo, onde a desigualdade social (internamente falando) se encontra muito diminuída.

²⁵ Autor que se debruça sobre essa tese, Jessé Souza tem problematizado interpretações mais tradicionais sobre o Brasil: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/09/1920559-escravidao-e-nao-corrupcao-define-sociedade-brasileira-diz-jesse-souza.shtml> ; recomendo também: <https://revistacult.uol.com.br/home/jesse-souza-a-elite-do-atraso/> ; e <http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/jesse-souza-origem-dos-brasileiros-e-escravocrata-nao-de-corruptos.html>

²⁶ Na Noruega, país com o maior IDH dentre os demais, no planeta, atualmente, apesar de o sistema de educação infantil ser recente, tornando-se disseminado e com forte financiamento público apenas a partir dos anos 70, são notórias características como formação necessária e condições de trabalho dos

As consequências não são poucas, nem simples. A recusa em formar a população de maneira igualitária impacta os destinos do país, impedindo a compreensão profunda dos complexos processos que determinam a posição do Brasil nos cenários macro político e macroeconômico internacional, para citar apenas dois aspectos que influenciam diretamente a qualidade de vida do brasileiro, a presença de comida na mesa, de condições de trabalho dignas, de saúde, moradia, de acesso à saúde, a bens culturais,, capacidade de escolhas, de realização pessoal e profissional, dentre outras.

Figura 7 - Quadro de Indicadores Complementares de IDH

INDICADORES COMPLEMENTARES	Noruega (1°)	Brasil (79°)	Níger (187°)
Desigualdade			
IDH ajustado à desigualdade *	0,8910	0,542	0,228
Coeficiente de desigualdade humana	5,5	26,3	31,8
Desigualdade em expectativa de vida	3,4%	14,5%	37,9%
Desigualdade em educação	2,4%	24,7%	39,5%
Desigualdade em renda	10,7%	39,7%	17,9%
Desigualdade de gênero			
Índice de desigualdade de gênero**	0,068	0,441	0,674
Taxa de mortalidade materna (mortes a cada 100 mil nascimentos)	7	56	590
Taxa de maternidade adolescente (nascimentos a cada mil mulheres com idade entre 15 e 19 anos)	7,8	70,8	204,8

Fonte: <https://exame.com/brasil/brasil-esta-no-meio-do-caminho-do-idh-veja-porque/> Acesso em 16 nov 2020

profissionais, bem como instalações, equipamentos e materiais, num sistema regulado por legislação nacional, preservando ampla liberdade de planejamento e ação para as próprias instituições e o pessoal envolvido. Em suas escolas, a mesma educação é dada a ricos e pobres (e a diferença entre os ricos e pobres naquele país é de 6 vezes, em contraste com o Brasil, onde convivemos com abismos socioeconômicos, culturais e educacionais), e no caso específico do público infantil, com grande ênfase dedicada à brincadeira e ao trabalho criativo. Fonte: ROCHA LORDELO, E. & ROTHLE, M. “Educação Infantil na Noruega”. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000300013

A inquietação de educadores quanto ao avanço da militarização de escolas no Estado goiano se justifica pela preocupação com as possibilidades de autonomia, escolha, consciência e crítica de gerações de crianças, adolescentes e jovens quanto aos rumos do Brasil. Apesar das sucessivas crises do sistema educacional brasileiro, parâmetros como os estabelecidos por nosso autor mundialmente reconhecido, Paulo Freire, é forte referência para a maioria dos profissionais contemporâneos.

A educação efetivamente humanista, transformadora e emancipatória é aquela em que as escolas, familiares, docentes, autoridades públicas, profissionais, gestores e a sociedade em geral, unem-se pela construção de um olhar crítico e emancipatório de crianças e adolescentes. Até mesmo nossa legislação reconhece a importância dessa autonomia, e no artigo 16 do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), deixa explícito os direitos à liberdade, sobretudo nos incisos II (opinião e expressão), III (crença e culto religioso), IV (brincar e praticar esportes e divertir-se), V (participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação) e VI (participar da vida política).

Essas garantias são frontalmente ameaçadas por regimentos internos de colégios militarizados, nos quais estudantes não podem sentar no chão, correr no espaço da escola para divertir-se, cultivar sua própria opinião sobre todos os assuntos, e outros comportamentos absolutamente naturais à essa fase de vida. Inclusive, o direito a questionar, discordar, e ir descobrindo a si próprio (a). A formação voltada para a obediência, para a submissão, para a hierarquização, aniquila o sonho de um mundo igualitário, sem opressões. Ao contrário, a estabelece e estimula desde muito cedo, quotidianamente, sem direito à práticas e visões dissonantes.

A educação é uma obrigação que o Estado brasileiro ainda não assumiu como obrigatória, destinada e acessível a todos os cidadãos, e voltada para a eliminação das brutais diferenças existentes. Em última instância, a formação militarista na qual o estado de Goiás tem investido ameaça até mesmo os ideais democráticos pelos quais homens e mulheres dedicaram a vida e tomaram, lutando para os conquistar. Um retrocesso sem precedentes na recente história do Brasil, comparável apenas, talvez, ao golpe militar-parlamentar-midiático de 1964, quando fomos condenados a décadas de atraso no que diz respeito às questões econômicas e sociais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Míriam Fábria; TOSHI, Mirza S. & RÊGO FERREIRA, Neusa S. “A Expansão dos Colégios Militares em Goiás e a diferenciação na Rede Estadual”. Artigo publicado na Revista **Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 271-287, jul./out. 2018. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>
- APPLE, M. W. **Educando à direita**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARBOSA, M.E. F.; FERNANDES, C. “A escola brasileira faz diferença? Uma investigação dos efeitos da escola na proficiência em matemática dos alunos da 4º série”. In: FRANCO, Creso (Org.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL, INEP. **Nota técnica sobre a concepção do IDEB**. Disponível em www.mec.gov.br Acesso em: 12 de abril de 2017.
- BRASIL, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://cedecarj.files.wordpress.com/2020/08/eca-2020-30-anos-versao-internet.pdf> Acesso em 12 de abril de 2017.
- BRIGAGÃO, Clóvis. **A militarização da sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BOER, Nicolas. **Militarismo e clericalismo em mudança**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- CASTRO, Cláudio de Moura; FLETCHER, Philip. **A escola que os brasileiros frequentaram em 1985**. Rio de Janeiro: Ipea, Iplan, 1986.
- COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS. **Regimento Interno do Colégio da Polícia Militar de Goiás**. Disponível em: http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=regimento_interno.htm Acesso em: 13/08/2013.
- COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS. **Regulamento disciplinar do Colégio da Polícia Militar de Goiás**. Disponível em: http://colegiomilitarhugo.g12.br/site/index.php?frame=regulamento_disciplinar.htm Acesso em: 13/02/2019.
- COMANDO DE ENSINO POLICIAL MILITAR - GO. **Regimento Interno do Colégio da Polícia Militar de Goiás**. Disponível em <https://www.portalcepmg.com.br/regimento-interno/>. Acesso em: 02 set. de 2016.

DA SILVA, Jorge. “Militarismo”. In: SANSONE, Lívio et FURTADO, Cláudio (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2014, pp. 349-362.

ESTADO DE GOIÁS. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/98965/lei-19651#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de,%2D11%2D2017%2C%20art. Acesso em 16 nov 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1974.

FREITAS, L. C. de. “Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação”. In: **Educ. Soc.** Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19/02/ 2019.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

JAYME CÂMARA, Grupo. *Jornal O Popular*. Edição 23 de março de 2014, p. 04.

LEE, V. L. “Utilização de modelos lineares hierárquicos lineares para estudar contextos sociais: o caso dos efeitos da escola”. In: BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (Ed.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 273-296.

MELO, Virgínia Maria Pereira de. “A entrega da gestão das escolas públicas estaduais para a Polícia Militar em Goiás: militarizar é a opção”? In: **Fórum Anped**. 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/news/militarizacao-de-escolas-publicas-solucao> Acesso em 21 de abril de 2017.

MONASTA, Atilio. **Antonio Gramsci**. Trad. Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

PREDA, C. **As melhores escolas de Goiás: Colégios da Polícia Militar se destacam por bom desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. *Diário da Manhã on line*. Disponível em <https://www.dm.com.br/> . Acesso em: 23/02/2019.

PINHEIRO, Veralúcia. **A Educação Moral nos Procedimentos Pedagógicos dos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás**. III Congresso de Pesquisa e Extensão Da UEG – Inovação Inclusão social e direitos, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/secretaria1/Downloads/8147-23950-1-PB.pdf>

PINHEIRO, Veralúcia. BEZERRA, Nilson Pereira. **A Construção do Índice de Qualidade nos Colégios da Polícia Militar de Goiás**. IV Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UEG, 2017.

RÊSES, Erlando da Silva.; DE PAULO, Wesley Garcia. **A posição de docentes da Educação Básica acerca da militarização de escolas pública em Goiás**. RBPAAE, v. 35, n. 3, p. 700 - 724, Set/dez 2019. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

SAMMONS, **School effectiveness: Coming of age in the 21st century**. Journal Sage pub. 1999. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/089202069901300504>

SÁTYRO, Natália; SOARES, Sergei. “A infra-estrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005”. **Textos para Discussão** n. 1267. Brasília: Ipea, 2007.

SOARES, Sergei; RAZO, Renata; FARÍÑAS, Mayte. “Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômica desfavorecida, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis”. *In*: BOF, Alvana Maria (Org.). **A Educação no Brasil Rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 47-68

WEBER, M. “Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída”. *In*: WEBER, M. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.